

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

FRANCINE GUEDES PACHECO

**PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA
NAS COMPANHIAS DE CAPITAL ABERTO BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE
DA SUA EVIDENCIAÇÃO E DAS CARACTERÍSTICAS RELACIONADAS**

FLORIANÓPOLIS

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FRANCINE GUEDES PACHECO

**PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA
NAS COMPANHIAS DE CAPITAL ABERTO BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE
DA SUA EVIDENCIAÇÃO E DAS CARACTERÍSTICAS RELACIONADAS**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Professora Dra. Máira Melo de Souza

FLORIANÓPOLIS

2016

**PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA
NAS COMPANHIAS DE CAPITAL ABERTO BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE
DA SUA EVIDENCIAÇÃO E DAS CARACTERÍSTICAS RELACIONADAS**

Esta monografia foi julgada adequada para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis e aprovada em sua forma final pelo Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 01 de Julho de 2016

Prof. Dr. Marcelo Haendchen Dutra
Coordenador de Monografia

Banca examinadora:

Profª. Dra. Máira Melo de Souza,
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Joisse Antônio Lorandi
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. MSc. Vanderlei dos Santos
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me proporcionado o necessário para realização deste trabalho.

Ao meu noivo Vitor pela cumplicidade, paciência e compreensão as quais foram fundamentais nessa etapa.

A minha orientadora Professora Maíra, pela confiança, paciência e tempo dedicado a me orientar, o qual foi primordial.

A minha família, meu pai Luiz Carlos e meu irmão Rodolfo que sempre acreditaram em mim e me deram todo o apoio essencial para esta realização.

A minha amiga Juliana, pela parceria durante toda a graduação e estar sempre presente.

As minhas amigas Cristina, Jéssica e Mariana por todo companheirismo nesse tempo que moramos juntas.

A todos os professores do curso de Ciências Contábeis, pelo conhecimento proporcionado e pela dedicação.

Agradeço em especial a minha mãe Fátima Guedes, pois enquanto esteve viva me educou e me incentivou a estar sempre em busca da realização dos meus sonhos.

"O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis."

José de Alencar

RESUMO

PACHECO, Francine Guedes. Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa nas companhias de capital aberto brasileiras: uma análise da sua evidenciação e das características relacionadas. 2016. 68 fls. Monografia (Curso de Graduação em Ciências Contábeis) - Departamento de Ciências Contábeis – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

Este trabalho teve por objetivo verificar como as companhias de capital aberto brasileiras estão evidenciando as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) e quais características estão relacionadas à sua evidenciação. Para atingir o objetivo da pesquisa, elaborou-se uma lista de itens com questões acerca da evidenciação das perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa com base no pronunciamento contábil CPC-38 e analisaram-se essas informações com as características da companhia. Em adição, também foram verificadas as orientações constantes nos princípios da contabilidade. A amostra desta pesquisa é composta por todas as companhias listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA) que possuem contas a receber no ano de 2014, exceto as instituições financeiras por possuírem características próprias e legislação específica. Do total da amostra foram excluídas 11 companhias por não ter sido encontrada as notas explicativas das mesmas, perfazendo uma amostra de 333 companhias analisadas. Este estudo classifica-se como qualitativo, visto que os dados foram analisados sem uso de instrumentos estatísticos. No que concerne à obtenção dos dados, esta pesquisa tem caráter documental, pois foram analisadas as informações contidas nas notas explicativas de todas as companhias componentes da amostra, a fim de responder os objetivos da pesquisa. Os resultados obtidos revelam que a maioria das companhias utiliza o critério de estimativas para o cálculo das PECLDs. Em relação às características analisadas os resultados demonstram que a característica de rentabilidade não tem relação na amostra com a evidenciação das perdas por parte das companhias, assim como a classificação setorial e o nível de governança. Entretanto, as características receita líquida e empresa de auditoria se mostraram relevantes na amostra em relação à evidenciação das PECLDs.

Palavras-Chave: Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. Contas a receber. CPC-38. Evidenciação. Características.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art. – Artigo

BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM – Comissão de Valores Imobiliários

n.º - Número

PECLD – Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa

SPELL - *Scientific Periodicals Eletronic Library*

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Estudos Semelhantes	24
Quadro 2: Lista de Verificação.....	27
Quadro 3: Metodologia e Critério Utilizado.....	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evidenciação da PECLD com a Rentabilidade	31
Tabela 2: Evidenciação da PECLD com a Receita Líquida	32
Tabela 3: Evidenciação da PECLD com a Classificação Setorial	33
Tabela 4: Evidenciação da PECLD e o Nível de Governança	34
Tabela 5: Evidenciação da PECLD com a Empresa de Auditoria	35
Tabela 6: Metodologia de Cálculo e Rentabilidade.....	36
Tabela 7: Metodologia de Cálculo e Receita Líquida	37
Tabela 8: Metodologia de Cálculo e Classificação Setorial	38
Tabela 9: Metodologia de Cálculo e Nível de Governança.....	40
Tabela 10: Metodologia de Cálculo e Empresa de Auditoria.....	41
Tabela 11: Critério Utilizado e Rentabilidade	42
Tabela 12: Critério Utilizado e Receita Líquida.....	43
Tabela 13: Critério Utilizado e Classificação Setorial	44
Tabela 14: Critério Utilizado e Nível de Governança	46
Tabela 15: Critério Utilizado e Empresa de Auditoria	47

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 TEMA E PROBLEMA.....	13
1.2 OBJETIVOS	14
1.2.1 OBJETIVO GERAL	14
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
1.3 JUSTIFICATIVA	15
1.4 DELIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	15
1.5 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	17
2.2 PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE	20
2.3 PESQUISAS RELACIONADAS	24
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	26
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	26
3.2 INSTRUMENTO DE COLETA DOS DADOS	27
3.3 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA	27
3.4 POPULAÇÃO E AMOSTRA DA PESQUISA	29
4 RESULTADOS DA PESQUISA	31
4.1 ANÁLISE ENTRE A EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE PERDA NO VALOR RECUPERÁVEL DE CONTAS A RECEBER E A RENTABILIDADE	31
4.2 ANÁLISE ENTRE A EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE PERDA NO VALOR RECUPERÁVEL DE CONTAS A RECEBER E A RECEITA LÍQUIDA	32
4.3 ANÁLISE ENTRE A EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE PERDA NO VALOR RECUPERÁVEL DE CONTAS A RECEBER E A CLASSIFICAÇÃO SETORIAL	33
4.4 ANÁLISE ENTRE A EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE PERDA NO VALOR RECUPERÁVEL DE CONTAS A RECEBER E O NÍVEL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	34
4.5 ANÁLISE ENTRE A EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE PERDA NO VALOR RECUPERÁVEL DE CONTAS A RECEBER E EMPRESA DE AUDITORIA	35

4.6 ANÁLISE ENTRE AS COMPANHIAS QUE INFORMARAM A METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS PERDAS REGISTRADAS EM CONTAS A RECEBER E A RENTABILIDADE	36
4.7 ANÁLISE ENTRE AS COMPANHIAS QUE INFORMARAM A METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS PERDAS REGISTRADAS EM CONTAS A RECEBER E A RECEITA LÍQUIDA	37
4.8 ANÁLISE ENTRE AS COMPANHIAS QUE INFORMARAM A METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS PERDAS REGISTRADAS EM CONTAS A RECEBER E A CLASSIFICAÇÃO SETORIAL	38
4.9 ANÁLISE ENTRE AS COMPANHIAS QUE INFORMARAM A METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS PERDAS REGISTRADAS EM CONTAS A RECEBER E O NÍVEL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	39
4.10 ANÁLISE ENTRE AS COMPANHIAS QUE INFORMARAM A METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS PERDAS REGISTRADAS EM CONTAS A RECEBER E EMPRESA DE AUDITORIA	40
4.11 ANÁLISE ENTRE O CRITÉRIO QUE ESTÁ SENDO USADO PELAS COMPANHIAS PARA CALCULAR SUAS PERDAS EM CONTAS A RECEBER, SE PERDAS ESTIMADAS OU PERDAS INCORRIDAS E A RENTABILIDADE	42
4.12 ANÁLISE ENTRE O CRITÉRIO QUE ESTÁ SENDO USADO PELAS COMPANHIAS PARA CALCULAR SUAS PERDAS EM CONTAS A RECEBER, SE PERDAS ESTIMADAS OU PERDAS INCORRIDAS E A RECEITA LÍQUIDA	43
4.13 ANÁLISE ENTRE O CRITÉRIO QUE ESTÁ SENDO USADO PELAS COMPANHIAS PARA CALCULAR SUAS PERDAS EM CONTAS A RECEBER, SE PERDAS ESTIMADAS OU PERDAS INCORRIDAS E A CLASSIFICAÇÃO SETORIAL	44
4.14 ANÁLISE ENTRE O CRITÉRIO QUE ESTÁ SENDO USADO PELAS COMPANHIAS PARA CALCULAR SUAS PERDAS EM CONTAS A RECEBER, SE PERDAS ESTIMADAS OU PERDAS INCORRIDAS E O NÍVEL DE GOVERNANÇA CORPORATIVO.....	45
4.15 ANÁLISE ENTRE O CRITÉRIO QUE ESTÁ SENDO USADO PELAS COMPANHIAS PARA CALCULAR SUAS PERDAS EM CONTAS A RECEBER, SE PERDAS ESTIMADAS OU PERDAS INCORRIDAS E A EMPRESA DE AUDITORIA	47
4.16 ANÁLISE DOS RESULTADOS	48

5 CONCLUSÕES DA PESQUISA.....	51
5.1 CONCLUSÕES QUANTO AOS OBJETIVOS.....	51
5.2 CONCLUSÕES QUANTO AOS RESULTADOS	52
5.3 SUGESTÕES PARA PRÓXIMAS PESQUISAS.....	54
REFERÊNCIAS	55
APÊNDICE	58

1 INTRODUÇÃO

Com o processo de Convergência às normas internacionais e a adoção do pronunciamento contábil CPC-38, a partir de 2010 todas as companhias brasileiras teriam que passar a adotar uma nova forma para contabilização de suas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

Conforme Martins *et al.* (2013), com a adoção do CPC 38, as companhias somente podem registrar contabilmente as perdas incorridas, não sendo aceito o reconhecimento das perdas esperadas, isto é, estão impedidas de reconhecer perdas por estimativas ou probabilidade de ocorrência.

A interpretação do CPC-38 segundo Martins *et al.* (2013) muda a forma como as perdas passariam a ser contabilizadas no Brasil, pois anteriormente a contabilização das perdas era baseada nas perdas esperadas, em que eram considerados todos os fatores de risco conhecidos para estimar através desses critérios as perdas que ocorreram com o setor financeiro, inclusive o setor de contas a receber.

Nesta linha de pesquisa, Foster *et al.* (2014), em seu trabalho, buscou por meio de uma análise das notas explicativas de 20 companhias do setor cíclico registrados na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA) verificar como as companhias brasileiras tem registrado suas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. Em sua pesquisa, Foster *et al.* (2014) perceberam que: “muitas companhias buscam o cumprimento do CPC-38 em sua redação, mas continuam a utilizar critérios antigos”.

Folster *et al.* (2014) ao adotar a interpretação de Martins *et al.* (2013) sobre o CPC-38 concluiu que a maioria das companhias analisadas não cumpre o determinado pelas normas, além disso, os autores ressaltaram que todas as companhias foram auditadas e não houve nenhum pronunciamento por parte dos auditores sobre esse procedimento. Para os autores, o que mais chamou atenção, foi o fato de as companhias estarem utilizando os créditos ainda não vencidos para compor a base de cálculo da estimativa, o que é incorreto, pois se eles ainda não venceram é normal que ainda não tenham sido pagos, logo essa classe de clientes não representam nesse momento risco de inadimplência. Essa situação demonstra que as companhias estão utilizando os critérios antigos de reconhecimento de estimativas para perdas em créditos de liquidação duvidosa.

No que concluiu a pesquisa de Folster *et al.* (2014), fica curioso o fato de havendo a ocorrência de auditoria não existir observação por parte dos auditores. É preciso, porém observar esses acontecimentos juntamente com os princípios da Contabilidade, pois constituem pilares para a correta mensuração das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, desta forma deve-se questionar se de fato a inclusão dos créditos ainda não vencidos na base de cálculo da estimativa não está de acordo com os princípios contábeis.

1.1 TEMA E PROBLEMA

Apesar de Martins *et al.* (2013), ter sugerido uma interpretação do CPC-38 considerando que somente devem ser registradas as perdas em créditos de liquidação duvidosa que foram efetivamente incorridas, excluindo estimativas de perda, o CPC-38 não deixa isso claro. Segundo o CPC-38 (2009, p.28):

Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros tem perda no valor recuperável e incorre-se em perda no valor recuperável se, e apenas se, existir evidência objetiva de perda no valor recuperável como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo (evento de perda) e se esse evento (ou eventos) de perda tiver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser confiavelmente estimado.

Nesta sentença existe uma subjetividade, pois o próprio CPC-38 abre precedentes para dupla interpretação, uma vez que diz: “o evento (ou eventos) de perda tiver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados”. É possível notar que o CPC-38 determina que o evento precise ter a possibilidade de ser estimado, logo se é uma estimativa pode-se entender que o evento ainda não se concretizou, portanto, não necessariamente é uma perda incorrida como interpretam Martins *et al.* (2013).

A contabilidade estabelece princípios a fim de nortear seus usuários nas práticas contábeis. Dentre os princípios existentes, ao falar de créditos de liquidação duvidosa, destaca-se o da prudência o qual estabelece que, “o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais” (RESOLUÇÃO CFC nº 750/1993 atualizada pela RESOLUÇÃO CFC nº 1.282/2010).

Também há o princípio da competência, que determina que “os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento” (RESOLUÇÃO CFC nº 750/1993 atualizada pela RESOLUÇÃO CFC nº 1.282/2010).

A relação que existe entre o princípio da prudência e as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa se dá no sentido de evitar que haja uma superavaliação das contas a receber. Já o princípio da competência e o conceito de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, se dá no momento em que deve ser constituída a estimativa de perda. Pelo princípio da competência as despesas devem ser reconhecidas no mesmo momento em que as receitas associadas forem também reconhecidas.

Sendo assim elaborou-se o seguinte problema de pesquisa: Como as companhias de capital aberto brasileiras estão evidenciando as perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa e quais características estão relacionadas à sua evidenciação?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVO GERAL

Verificar como as companhias de capital aberto brasileiras estão evidenciando as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e quais características estão relacionadas à sua evidenciação.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1) Elaborar uma lista de itens com questões acerca da evidenciação das perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa com base no pronunciamento contábil CPC-38 com a finalidade de conhecer como as companhias estão evidenciando as informações;

2) Verificar as orientações constantes nos princípios da contabilidade e no CPC-38 sobre o reconhecimento das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa;

3) Verificar se existe relação entre a evidenciação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa com as características das companhias.

1.3 JUSTIFICATIVA

Foster *et al.* (2014), para sua pesquisa, realizou análise apenas nas companhias de consumo cíclico listadas na BM&FBOVESPA, chegando a um total de 20 companhias, logo identificou que sua pesquisa estava limitada apenas a este setor, e concluiu sugerindo que fosse realizado um estudo com uma coleta mais ampla para melhor classificação dos dados obtidos.

Neste trabalho, realizou-se a análise em 333 companhias envolvendo todos os setores da BM&FBOVESPA com exceção das instituições financeiras por possuírem características próprias e legislação específica.

Dessa maneira, o presente estudo fornece uma visão de como as companhias de capital aberto brasileiras estão evidenciando as suas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e propõe uma discussão sobre o tema observando os princípios contábeis, pois são estes que fornecem a base para todas as regras aplicadas na contabilidade. Também foram analisadas as características relacionadas à evidenciação das informações sobre as contas a receber.

A mensuração das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa se mostra relevante para uma contabilização financeira eficaz. Sendo assim este trabalho se justifica pela importância de se conhecer a mensuração das perdas estimadas, pois estas influenciam no resultado. Além disso, o presente estudo possui importância de cunho acadêmico, pois com o processo de convergência aos padrões internacionais no Brasil, este poderá servir de base para futuros trabalhos que pretendem aprofundar o estudo sobre reconhecimento de perdas em contas a receber nas companhias brasileiras.

1.4 DELIMITAÇÕES DA PESQUISA

Para análise da evidenciação das perdas em contas a receber, elaborou-se uma lista de verificação com base no CPC-38 que trata dos Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Ressalta-se que não foram utilizadas outras bases normativas na elaboração da referida lista que serviu de base para avaliar a evidenciação das companhias componentes da amostra nesta pesquisa.

Foi realizada uma análise nas notas explicativas de todas as companhias de capital aberto brasileiras listadas na BM&FBOVESPA que possuem contas a receber

referentes ao ano de 2014. A amostra de pesquisa exclui as instituições financeiras pelo motivo delas possuírem características distintas e legislação específica aplicada ao setor.

No que se refere às estimativas de perdas em créditos de liquidação duvidosa, o Banco Central não adotou o CPC-38, pois, possui regras específicas regulamentadas pela Resolução n.º 2.682 de 1999, a qual dispõe dos critérios de classificação das operações de crédito e os critérios para constituição das estimativas de créditos de liquidação duvidosa.

1.5 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

O trabalho divide-se em 5 capítulos que são: 1. Introdução; 2. Referencial Teórico; 3. Metodologia de Pesquisa; 4. Resultados da Pesquisa e 5. Conclusões da Pesquisa. O primeiro capítulo, de Introdução, está subdividido na contextualização, no tema e problema de pesquisa, nos objetivos da pesquisa (geral e específicos), a justificativa do trabalho, delimitação da pesquisa e a organização da pesquisa.

O segundo capítulo de Referencial Teórico apresenta a base teórica do estudo, a qual dá a sustentação ao tema proposto. Ele foi subdividido em 3 subtópicos, o primeiro trata sobre as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. O segundo subtópico buscou trazer conhecimentos acerca dos 6 princípios de contabilidade, com ênfase no princípio da competência e da prudência. O terceiro subtópico trouxe os estudos anteriores a respeito de como estão sendo mensuradas as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosas pelas companhias brasileiras.

No terceiro capítulo, de Metodologia, está exposto o delineamento da pesquisa, instrumentos utilizados para chegar aos resultados, os procedimentos para o desenvolvimento do trabalho, e a população e amostra de pesquisa.

No quarto capítulo estão demonstrados os resultados da pesquisa. E no quinto capítulo estão apresentadas às conclusões do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Buscou-se nessa seção, exibir informações com o objetivo de fundamentar o estudo realizado e chegar às conclusões. Assim sendo, procurou-se trazer informações a respeito das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, dos princípios de contabilidade e do CPC-38.

2.1 PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Segundo Martins *et al.* (2013), a partir de 2010 com a adoção do CPC-38 as companhias brasileiras teriam que adotar um novo critério de mensuração contábil para calcular suas perdas.

Neste novo critério, as companhias só podem considerar para cálculo de perdas estimadas as perdas que efetivamente ocorreram, ou seja, apenas após ter havido a constatação da perda, esta pode ser levada em consideração para constituir a base de cálculo das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

O critério anterior consistia em realizar a mensuração das perdas fazendo uma estimativa na qual eram levadas em consideração situações específicas, como clientes já em inadimplência, prestes a entrar em inadimplência, a probabilidade de não recebimento em decorrência de expectativas originadas de diversos fatores, como experiências passadas, mudanças de cenários, etc.

A apuração do valor da perda estimada varia de acordo com cada companhia, pois estas podem possuir aspectos peculiares a respeito dos seus clientes. Martins *et al.* (2013) destacam que esses aspectos também podem ser influenciados pelo ramo de negócios, situação do crédito em geral e até mesmo a própria conjuntura econômica do momento. Sendo assim, se torna importante considerar todos os fatores conhecidos na estimativa de risco, assim como na expectativa de perdas com as contas a receber.

A normatização que trata sobre o reconhecimento e a mensuração dos instrumentos financeiros é o Pronunciamento Técnico CPC-38 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Esta norma trata as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa como perdas no valor recuperável, e orienta as companhias a verificar na data de cada balanço patrimonial se existe evidências objetivas de perdas no

valor recuperável de seus ativos e traz uma serie de orientações a respeito de como devem ser contabilizadas essas perdas.

Os eventos de perda a serem observados pelas entidades os quais podem ser eventos de perda em seu valor recuperável, trazidos pelo CPC-38 (2009, p.28) são:

(a) significativa dificuldade financeira do emitente ou do obrigado; (b) quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital; (c) prestador ou financiador, por razões econômicas ou legais relacionadas com as dificuldades financeiras do tomador do empréstimo ou do financiamento, oferece ao tomador uma concessão que o prestador ou financiador de outra forma não consideraria; (d) torna-se provável que o devedor vá entrar em processo de falência ou outra reorganização financeira; (e) desaparecimento de mercado ativo para esse ativo financeiro devido a dificuldades financeiras; ou (f) dados observáveis indicando que existe decréscimo mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados de grupo de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial desses ativos, embora o decréscimo ainda não possa ser identificado com os ativos financeiros individuais do grupo, incluindo: (i) alterações adversas no status do pagamento dos devedores do grupo (por exemplo, número crescente de pagamentos atrasado ou número crescente de devedores de cartão de crédito que atingiram o seu limite de crédito e estão apenas pagando a quantia mínima mensal); ou (ii) as condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com os descumprimentos relativos aos ativos do grupo (por exemplo, aumento na taxa de desemprego na área geográfica dos devedores, decréscimo nos preços das propriedades para hipotecas na área relevante, decréscimo nos preços do petróleo para ativos de empréstimo a produtores de petróleo, ou alterações adversas nas condições da indústria que afetem os devedores do grupo).

A entidade deve observar cada um desses eventos trazidos pelo CPC-38 e avaliar se algum deles se enquadra em sua situação atual. Caso a entidade constate um ou mais desses eventos de perda em seus ativos, significa que pode ter incorrido em perdas no seu valor recuperável e poderá constituir a estimativa para créditos de liquidação duvidosa.

Em casos em que os dados a serem observados não forem suficientes, por estarem limitados ou mesmo não serem totalmente relevantes, o CPC-38 (2009, p.29) discorre que:

Em alguns casos, os dados observáveis exigidos para estimar a quantia de perda no valor recuperável resultante de ativo financeiro podem estar limitados ou já não ser totalmente relevantes para as circunstâncias atuais. Por exemplo, esse pode ser o caso quando um devedor está em dificuldades financeiras e há poucos dados históricos disponíveis relativos a devedores semelhantes. Nesses casos, a entidade usa o seu juízo baseado na experiência para estimar a quantia de qualquer perda no valor recuperável. De modo similar, a entidade usa o seu juízo baseado na experiência para ajustar os dados observáveis para que um grupo de ativos financeiros reflita as circunstâncias atuais (ver item AG89). O uso de estimativas razoáveis é parte essencial da elaboração de demonstrações contábeis, não fazendo diminuir a sua confiabilidade.

Nota-se que o CPC-38 orienta a entidade para o uso de estimativas baseadas em sua experiência nos casos em que os dados a serem observados para verificar a ocorrência de perdas no valor recuperável não forem suficientes. O próprio CPC -38 sustenta que o uso de estimativas é parte essencial da elaboração de demonstrações contábeis, não fazendo diminuir a confiabilidade das mesmas.

O CPC-38 (2009, p.30) também orienta para os casos em que a quantia contabilizada como perda reduzir devido a um evento posterior a de seu lançamento:

Se, em período posterior, a quantia da perda no valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser objetivamente relacionada com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da perda no valor recuperável (como uma melhora na avaliação de crédito do devedor), a perda por imparidade anteriormente reconhecida deve ser revertida, seja diretamente, seja ajustando por conta redutora. A reversão não deve resultar na quantia escriturada do ativo financeiro que exceda o que o custo amortizado teria sido, caso a perda no valor recuperável não tivesse sido reconhecida na data em que a perda no valor recuperável foi revertida. A quantia da reversão deve ser reconhecida no resultado.

Percebe-se que o CPC-38 propõe que nos casos em que a quantia contabilizada pela entidade como perda no valor recuperável de seus ativos reduzir devido a algum evento posterior a contabilização da perda, deve-se realizar a reversão do valor e a quantia deve ser reconhecida no resultado.

O CPC-38 (2009) num primeiro momento descreve que perdas esperadas decorrentes de acontecimentos futuros não devem ser contabilizadas não importando sua probabilidade, entretanto num outro momento ele permite que a entidade use seu juízo baseado em experiências para estimar a quantia de qualquer perda no valor recuperável, e orienta para os casos em que o valor estimado de perda tornar-se maior que a perda incorrida, devido a eventos posteriores ao reconhecimento da perda.

Nota-se que o CPC-38 é subjetivo no que diz respeito em quando se deve estimar as perdas. Folster *et al.* (2014) trata essa subjetividade que existe no CPC 38 como um conflito entre as partes do CPC e diz que a aplicação do método das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa em grupos de ativos financeiros gera subjetividade, pois nesse momento os valores podem não ser confiáveis.

Se existe a possibilidade de reversão do valor calculado como perda, é porque esse valor ainda é incerto, logo se trata de uma estimativa de perda e não de uma perda incorrida, pois se assim fosse, não haveria necessidade reversão, pois não ocorreria risco de ser mensurada com valor a maior do que de fato foi incorrido.

2.2 PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE

Conforme Silva *et al.* (2009) os princípios da contabilidade representam o ponto central da própria contabilidade, isto é para uma correta observância e apresentação do patrimônio das entidades, que este por sua vez é o objeto de estudo da contabilidade, bem como toda sua movimentação e mutações de bens e recursos financeiros, é preciso que os profissionais e usuários tenham conhecimento da importância de dar atenção a esses princípios, pois são a base de sustentação de todos os profissionais da área contábil.

Os princípios da contabilidade são de uso fundamental pelos profissionais da área contábil para que possa haver uma uniformidade nas demonstrações financeiras e são estritamente necessários para uma correta apresentação do patrimônio da entidade.

Os princípios de contabilidade estão citados no Art. 3 da Resolução CFC n.º 750 de 29 de dezembro de 1993 atualizada pela Resolução CFC n.º 1.282/2010, e são eles: entidade, continuidade, prudência, oportunidade, registro pelo valor original e competência.

Neste trabalho a discussão realizada é com base na resolução CFC n.º 750/1993 atualizada pela Resolução CFC n.º 1.282/2010. Os princípios utilizados como base para falar de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são os princípios da competência e da prudência. Contudo, será feita uma abordagem de todos os princípios a fim de um maior entendimento sobre os mesmos.

O princípio da entidade estabelece que deva haver uma separação entre o patrimônio da companhia e o patrimônio dos sócios, de modo que ambos não se misturem. Conforme Niyama *et al.* (2013), o princípio da entidade diz respeito à autonomia do patrimônio da entidade, que seus ativos e passivos, receitas e despesas não podem se misturar com as dos sócios ou acionistas, sendo assim devem ser mantidos separados.

O princípio da entidade não apenas estabelece que os patrimônios não devam se misturar, mas também traz o entendimento de que companhia e sócios são pessoas distintas. Para Marion (2012) como sócio e companhia são entidades distintas, o patrimônio de um não deve se misturar com o patrimônio do outro.

O princípio da entidade é de grande importância, pois o seu uso implica em uma administração mais segura do patrimônio tanto da companhia quanto dos sócios dado

que a aplicação deste princípio impede que haja uma confusão na contabilização do patrimônio dos mesmos.

O princípio da continuidade pressupõe que na criação de uma companhia esta terá seu funcionamento indeterminado, isto é, ela deve ser considerada uma instituição em movimento constante e contínuo sem prazo determinado para seu encerramento. Para Marion (2012) o princípio da continuidade “refere-se à entidade que está funcionando com prazo indeterminado; algo em andamento; não está em fase de extinção ou liquidação”.

A Resolução do CFC n.º 750/1993 em seu Art. 5º fortalece esse conceito do princípio da continuidade o qual expõe que a entidade deve estar em constante operação no futuro com prazo indeterminado de extinção e ainda ressalta que a mensuração e apresentação do patrimônio devem levar em conta este fato.

O Princípio da oportunidade dispõe sobre a mensuração e apresentação do patrimônio como um todo, controlando sua variação e para isto, exige que o fato contábil seja feito imediatamente (tempestividade) e a informação contábil deve ser completa (integridade).

Segundo a Resolução CFC n.º 750/1993 em seu parágrafo único, a falta de tempestividade e integridade nas informações podem causar perda de sua relevância, por essa razão é preciso observar esses dois aspectos em conjunto.

O princípio da oportunidade é semelhante ao princípio da competência no que diz respeito ao momento em que devem ser reconhecidas as transações que afetam o patrimônio. Entretanto a diferença desses princípios está na quantidade de informações registradas, pois, o princípio da competência orienta para o reconhecimento das transações que apenas afetam o patrimônio líquido, enquanto que o princípio da oportunidade abrange todas as variações patrimoniais.

Essa diferença é ressaltada por Niyama *et al.* (2013) ao afirmar que o princípio da oportunidade está diretamente ligado com o reconhecimento das transações que afetam o patrimônio líquido no momento em que ocorrem e em sua totalidade enquanto que o princípio da competência registra apenas as transações que afetam o resultado (receitas e despesas).

Sendo assim, existem duas características elementares que formam o princípio da oportunidade, a tempestividade e a integridade. A tempestividade está relacionada com o momento em que devem ser registradas as variações patrimoniais. A integridade

refere-se à totalidade da informação, isto é, a informação deve ser completa, sem qualquer falta ou excesso.

O registro pelo valor original expõe sobre a maneira como deve ser registrado o valor do patrimônio. O art. 7º da Resolução CFC n.º 750/1993 dispõe que os elementos do patrimônio devem ser registrados inicialmente pelo valor original da operação e expresso em moeda nacional.

A aplicação do registro pelo valor original implica no registro dos componentes patrimoniais com base nos valores de entrada, observando a moeda do país. Portanto toda e qualquer transação em moeda estrangeira deve ser transformada em moeda nacional no momento do seu registro.

O princípio da competência consiste no fato de que receitas e despesas devem ser registradas no momento em que ocorrerem independente de recebimento ou pagamento. Também salienta que toda vez que ocorre uma receita, consequentemente essa terá uma despesa em contrapartida, logo deve ser feito o confronto das receitas com as despesas, conforme art. 9º da Resolução CFC n.º 750/1993.

Niyama *et al.* (2013) aponta que segundo o princípio da competência as receitas e despesas devem ser registradas no momento de sua ocorrência, independente de haver entrada ou saída de caixa. Sendo assim, depois de identificadas e reconhecidas às receitas deve-se confrontá-las com as despesas que efetivamente tiveram contribuição para sua obtenção. Percebe-se que este princípio não está ligado com recebimentos e nem pagamentos e sim, com as receitas originadas e as despesas incorridas no período em que ocorreram.

O princípio da competência é fundamental para o desenvolvimento desse estudo, pois a relação que existe entre o princípio da competência e o conceito de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa se dá em quando se deve fazer o reconhecimento da despesa, observando o fato de que somente pode haver receita se a despesa associada estiver bem definida. Conforme Iudícibus (2015) essa despesa pode se configurar também por estimativa, como é o caso das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

Partindo do pressuposto de que o reconhecimento da receita e a apropriação das despesas estão intimamente ligados, de acordo com o princípio da competência devem ser confrontados e registrados no momento em que ocorrem. A estimativa para devedores duvidosos, mesmo que baseada em estimativas poderá ser registrada no

momento do reconhecimento da receita, para que possa haver o confronto da receita com a despesa.

O princípio da prudência determina que se adote certo grau de precaução na avaliação do patrimônio da entidade, adotando sempre o maior valor confiável para as despesas e o menor valor confiável para as receitas.

Segundo a Resolução CFC n.º 750/1993 art. 10 o princípio da prudência “determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido”.

Essa orientação que traz o princípio da prudência nada mais é do que uma forma de proteger os usuários da informação contábil de valores demasiadamente exagerados e muito otimistas, revelando uma situação econômica da companhia que não condiz com a realidade.

Iudícibus *et al.* (2009) aponta essa questão considerando que pelo princípio da prudência deve-se sempre antecipar o prejuízo e nunca antecipar lucro, para que os acionistas não sejam influenciados por um otimismo enganoso, dessa forma evitando-se transtornos não previstos.

Percebe-se que o princípio da prudência recomenda para que haja precaução ao registrar ativos que são incertos quanto ao seu recebimento, orientado para que nestes casos as entidades decidam por antecipar o prejuízo que possa vir a ocorrer.

A relação que existe entre o princípio da prudência e as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa se dá no sentido de evitar que haja uma superavaliação das contas a receber. Por exemplo, uma vez que existe a possibilidade de não recebimento de determinada parcela por parte dos clientes, de acordo com o princípio da prudência, a companhia pode antecipar o prejuízo, mesmo que este ainda não tenha ocorrido.

Percebe-se que pelo princípio da prudência, a entidade ao se precaver de possíveis perdas em seu ativo, se antecipando no registro das mesmas, traz uma situação do seu patrimônio mais próximo da realidade, evitando transtornos posteriores com despesas não esperadas. Além disso, atende as exigências relativas ao registro dos ativos pelo seu recuperável.

2.3 PESQUISAS RELACIONADAS

Neste tópico estão apresentadas algumas pesquisas similares ao presente estudo e com objetivos distintos. Os estudos anteriores sobre o tema foram levantados nas Bases *Scientific Periodicals Eletronic Library* (SPELL), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no GOOGLE ACADÊMICO. As palavras-chave utilizadas para busca foram: créditos recebíveis, direitos a receber, títulos a receber, estimativas para perdas em liquidação duvidosa, perdas em liquidação duvidosa e perdas em títulos a receber. Este levantamento resultou em apenas dois artigos semelhantes a esta pesquisa. No Quadro 1 tem-se um resumo dessas pesquisas.

Quadro 1 – Estudos semelhantes

Autores	Objetivo/Período Analisado	Resultados
Folster <i>et al.</i> (2014)	Objetivou verificar o tratamento apresentado no cálculo das perdas dos créditos a receber das companhias listadas na BM&FBOVESPA no setor de consumo cíclico, no período de 2012.	Os autores constataram que dentre as 20 (vinte) companhias analisadas, somente 4 estão de acordo com o CPC-38 e fazem a provisão com base nas perdas efetivamente incorridas, utilizando valores já vencidos como evidência objetiva de perda.
Holtz <i>et al.</i> (2012)	Verificar se houve mudanças nos critérios de mensuração e reconhecimento das Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa, a partir da implementação do Pronunciamento Técnico 38, no período de 2006 a 2011.	Os resultados da pesquisa revelaram que grande parte das companhias continuam com as práticas contábeis anteriores ao CPC-38, maior parte das companhias analisadas utilizam o critério de estimativas. Além disso, outro ponto observado é que todas as companhias utilizam o termo “provisão” no lugar de perdas estimadas.

Fonte: Elaborado pela autora

Folster *et al.* (2014) concluíram que a maioria das companhias não cumpre o determinado pelas normas, e apesar de todas essas companhias terem sido auditadas, não houve nenhuma observação dos auditores referente à metodologia adotada. Outro ponto que chamou atenção foi à utilização dos créditos que ainda não venceram para constituição da estimativa de perda. Folster *et al.* (2014) destacam que muitas companhias apesar de buscar cumprir o que está na redação do CPC-38, ainda utilizam critérios antigos.

Holtz *et al.* (2012) concluíram que o critério de reconhecimento das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) não foi adotado em sua totalidade pelas companhias conforme requerido pelo CPC-38. Constatou que cerca de 58% das companhias analisadas em 2010, utilizaram-se como base as perdas estimadas. Em 2011, esse percentual caiu para 47,3%, entretanto, ainda se percebe um grande número de companhias em não conformidade com as normas, visto que a adoção do CPC-38 é obrigatória.

Nos estudos analisados, percebe-se que há uma resistência por parte das companhias em adotar o critério de mensuração de perdas incorridas em conformidade com o CPC-38, no modelo proposto por Martins *et al.* (2013). As companhias continuam adotando o método de estimativas, para as perdas em contas a receber.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo serão expostos os procedimentos metodológicos utilizados para se atingir os objetivos da pesquisa, assim como a amostra analisada.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

As pesquisas exploratórias tem o objetivo de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias existentes, também se caracterizam por haver pouco conteúdo disponível sobre o tema (GIL, 2008).

Diante do exposto, o presente estudo enquadra-se como exploratório-descritivo. Caracteriza-se como exploratório, pois traz uma discussão acerca de um tema pouco explorado e traz informações com a finalidade de esclarecer conceitos e ideias existentes sobre as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

Gil (2008) expõe que pesquisas descritivas têm por objetivo estudar as características de um grupo. Na concepção de Andrade (2002), uma das características da pesquisa descritiva é a técnica padronizada da coleta de dados. Portanto, o presente trabalho também se caracteriza por ser descritivo, pois tem entre os objetivos analisar, através de coleta de dados, as características das companhias selecionadas para esta pesquisa.

Em relação à abordagem do problema, este trabalho envolve caráter qualitativo, pois os resultados obtidos serão apresentados mediante análise detalhada dos dados coletados para pesquisa, e não serão utilizados instrumentos estatísticos para esse processo. Segundo Beuren (2013) as pesquisas qualitativas se diferem das quantitativas por não se basearem em instrumentos estatísticos para análise do problema.

No que concerne ao meio de obtenção dos dados da pesquisa, uma pesquisa documental baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, isto é, eles podem ser construídos com base nos objetivos da pesquisa (BEUREN, 2013). Sendo assim, referente à obtenção dos dados, este estudo caracteriza-se como documental, pois foram analisadas informações contidas nas notas explicativas de todas as companhias componentes da amostra, disponíveis no *site* da BM&FBOVESPA, a fim de responder os objetivos de pesquisa do presente estudo.

3.2 INSTRUMENTO DE COLETA DOS DADOS

Com base no CPC-38 (2009) foi elaborada uma lista de verificação contendo os itens a serem analisados nas companhias que possuem contas a receber, para avaliar como as companhias estão evidenciando as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. O Quadro 2 apresenta a lista de verificação disposta nesta pesquisa.

Quadro 2: Lista de verificação

Itens para verificação de como as companhias que possuem contas a receber estão evidenciando as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.
1. A companhia evidenciou informações sobre perda no valor recuperável de contas a receber?
2. Ela informou a quantia da perda no valor recuperável?
3. A companhia informou a metodologia de cálculo das perdas registradas em contas a receber?
4. Qual critério está sendo usado pelas companhias para calcular suas perdas nas contas a receber: perdas estimadas ou perdas incorridas?
5. O termo provisão ainda continua sendo usado pelas companhias?

Fonte: Elaborado pela autora com base no CPC- 38 (2009)

Ao dispor da lista de verificação demonstrada no Quadro 2, foram analisados todos os itens nas notas explicativas das companhias componentes da amostra, a fim de verificar como as companhias estão realizando a evidenciação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

3.3 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Para obtenção dos dados da pesquisa, realizou-se inicialmente a coleta das notas explicativas divulgadas no site da BM&FBOVESPA de todas as companhias de capital aberto brasileiras do ano de 2014, exceto instituições financeiras, selecionando somente as que possuem contas a receber no balanço patrimonial, conforme será detalhado no próximo tópico desta seção.

Para verificar como as companhias estão evidenciando as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, foi realizada uma análise nas notas explicativas das companhias componentes da amostra, baseando-se nas perguntas presentes na lista de verificação constante no Quadro 2.

Para análise das características das companhias componentes da amostra verificou-se informações dispostas no *site* da BM&FBOVESPA, referentes aos seguintes itens: nível de governança, classificação setorial e empresa de auditoria.

Também foram coletados dados sobre a rentabilidade do ativo e receita líquida, utilizando a Base de Dados ECONOMATICA®.

A governança corporativa tem se tornado cada vez mais necessária no mundo dos negócios. Segundo a Comissão de Valores Mobiliários (CVM, 2002) em sua Cartilha de recomendações sobre Governança Corporativa, a governança corporativa é o conjunto de práticas que visam melhorar o desempenho de uma companhia ao proteger todas as partes interessadas como investidores, empregados e credores, facilitando o acesso ao capital. De modo a atender essa questão, a BM&FBOVESPA criou os diferentes níveis de governança para medir a governança corporativa das companhias listadas, os quais são Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado.

Para Gallon *et al.* (2007) o nível de governança influencia na qualidade das informações. Companhias que possuem algum tipo diferenciado de nível de governança apresentam melhoria no fornecimento de informações ao mercado, favorecendo na redução do risco para os investidores, consequentemente reduzindo as chances de cometerem erros em suas decisões.

Referente à classificação setorial, segundo a BM&FBOVESPA (2016) a estrutura para classificação foi elaborada de acordo com os tipos e os usos dos produtos ou serviços desenvolvidos pelas companhias. O objetivo dessa classificação é fornecer uma identificação mais objetiva dos setores de atuação das companhias, permitir uma visão das companhias que atuam com atividades diferenciadas, porém que estão ligadas na cadeia produtiva e que respondem às condições econômicas semelhantes, fácil acesso a localização dos setores de atuação das companhias e unificar critérios utilizados pelo mercado financeiro brasileiro e internacional. Para este estudo utilizou-se a classificação setorial da BM&FBOVESPA.

Com respeito à empresa de auditoria, foi feito um levantamento para saber qual a empresa responsável pela auditoria das companhias componentes da amostra. De acordo com Velozo *et al.* (2013), a auditoria externa é um atributo essencial para qualidade das informações contábeis. Para Bortolon *et al.* (2013), a auditoria independente é primordial para uma maior transparência e confiabilidade nos relatórios financeiros das companhias de capital aberto.

Segundo Almeida (2010) o principal objetivo tanto da auditoria externa quanto da auditoria independente é fornecer um parecer a respeito das demonstrações financeiras, observando se as mesmas revelam com fidelidade a situação patrimonial e

financeira da companhia e também se seguem os princípios contábeis geralmente aceitos.

As maiores empresas de auditoria independente e consultoria líderes do mercado tanto brasileiro como mundial são a PricewaterhouseCoopers (PwC), Ernst & Young (EY), Deloitte e KPMG, também conhecidas como as *Big Four*. Para Dantas *et al.* (2012), a maior credibilidade por parte dos investidores externos pode estar relacionada com a marca do auditor, por esse motivo as companhias preferem contratar empresas de auditoria consolidadas e reconhecidas no mercado.

Com relação à rentabilidade do ativo, foi realizado um levantamento utilizando a Base de Dados ECONOMATICA® para verificar os índices de rentabilidade do ativo das companhias componentes da amostra. Para Rezende *et al.* (2011) a rentabilidade do ativo é calculada quando se quer saber a lucratividade do negócio como um todo, não importando de onde vem os recursos, seja dos proprietários, das operações da companhia ou de terceiros.

Foram também coletadas informações com respeito à receita líquida das companhias componentes da amostra. De acordo com Marion (2012) a receita líquida é a receita real da companhia com a exclusão dos impostos, devoluções, abatimentos e descontos comerciais. Sendo assim a receita líquida é um dado importante para os proprietários da companhia, pois retrata o quanto de dinheiro que sobra para companhia após todos os pagamentos das despesas.

Diante do exposto, considerou-se importante neste estudo a análise das características de rentabilidade do ativo, receita líquida, classificação setorial, nível de governança e empresa de auditoria referente às companhias analisadas nesta pesquisa.

3.4 POPULAÇÃO E AMOSTRA DA PESQUISA

A população dessa pesquisa são todas as companhias de capital aberto brasileiras listadas na BM&FBOVESPA, enquanto que para a amostra selecionou-se apenas aquelas que possuíam contas a receber no ano de 2014, excluindo as instituições financeiras. Do total da amostra, foram excluídas 11 companhias pelo motivo de não estarem com suas notas explicativas referentes ao ano de 2014 disponíveis no *site* da BM&FBOVESPA, totalizando 333 companhias que compuseram a amostra no presente trabalho. Para Levine (2008) a população consiste em todos os itens ou indivíduos os

quais se deseja tirar uma conclusão, enquanto que a amostra é a parcela selecionada para análise.

Para este estudo, optou-se por selecionar as companhias que possuem contas a receber, pois estas, por possuírem vendas a prazo, estão sujeitas às Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa. No Apêndice A deste trabalho estão apresentadas as companhias que compuseram a amostra objeto de estudo nesta pesquisa.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Neste capítulo está demonstrada a análise dos resultados da pesquisa, que teve por objetivo geral verificar como as companhias de capital aberto brasileiras estão evidenciando as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e quais características estão relacionadas à sua evidenciação.

4.1 ANÁLISE ENTRE A EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE PERDA NO VALOR RECUPERÁVEL DE CONTAS A RECEBER E A RENTABILIDADE

Realizou-se a análise nas notas explicativas visando identificar se as companhias informaram se reconheceram ou não uma perda no valor recuperável de contas a receber.

A Tabela 1 apresenta as informações relativas à quantidade de companhias que reconheceram perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e também demonstra sua relação com a característica de rentabilidade. Percebeu-se que algumas companhias informaram que reconheceram perda, e outras nada informaram a respeito.

Tabela 1 – Evidenciação da PECLD com a Rentabilidade

Rentabilidade	Evidenciou perda		Não evidenciou perda	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Rentabilidade negativa	91	34,73%	27	38%
Rentabilidade entre 0 e 5%	82	31,3%	20	28%
Rentabilidade acima de 5%	89	33,97%	24	34%
Total	262	100%	71	100%

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com a Tabela 1, 34,73% das companhias que evidenciaram informações de perda em contas a receber possuem rentabilidade negativa, 31,3% possuem rentabilidade entre 0 e 5% e 33,97% possuem rentabilidade acima de 5%. Das companhias que não evidenciaram nenhuma informação se reconheceram ou não perda em contas a receber, 38% possuem rentabilidade negativa, 28% possuem rentabilidade entre 0 e 5% e 34% possuem rentabilidade acima de 5%.

Percebe-se que a distribuição das companhias que evidenciaram perda, bem como as que não evidenciaram ficou relativamente homogênea não se destacando

alguma relação na amostra entre rentabilidade e evidenciação da informação sobre o reconhecimento de perda nas contas a receber na amostra analisada.

4.2 ANÁLISE ENTRE A EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE PERDA NO VALOR RECUPERÁVEL DE CONTAS A RECEBER E A RECEITA LÍQUIDA

A Tabela 2 apresenta as informações relativas à quantidade de companhias que reconheceram perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e também demonstra sua relação com a característica de Receita Líquida. Observou-se que algumas companhias evidenciaram perda e outras nada informaram a respeito.

Tabela 2 – Evidenciação da PECLD com a Receita Líquida

Receita Líquida (em milhares de reais)	Evidenciou perda		Não evidenciou perda	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
De 0 até 100.000	30	11,45%	29	41%
Acima de 100.000 até 1.000.000	89	33,97%	22	31%
Acima de 1.000.000	143	54,58%	20	28%
Total	262	100%	71	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Observando a Tabela 2, percebe-se que 11,45% das companhias que informaram perda em contas a receber possuem receita líquida entre 0 e R\$100.000, 33,97% possuem receita líquida entre R\$100.000 e R\$1.000.000 e 54,58% possuem receita líquida acima de R\$1.000.000.

Em relação às companhias que não informaram se reconheceram ou não perda em contas a receber, 41% apresentou receita líquida entre 0 e R\$100.000, 31% possuem receita líquida entre R\$100.000 e R\$1.000.000 e 28% possuem receita líquida acima de R\$1.000.000.

Dessa maneira, é possível notar que a maior parte das companhias que reconheceram perdas em contas a receber possui receita líquida superior a R\$ 1.000.000. O que sugere que uma característica possivelmente relevante identificada é que quanto maior a receita líquida maiores as possibilidades de reconhecimento de perdas por parte das companhias analisadas nesta pesquisa.

Com isso pode-se concluir que a receita líquida pode ter influência na evidenciação das PECLDs das companhias da amostra. Esse resultado pode estar

relacionado com o tamanho da companhia, pois companhias maiores podem reconhecer mais perdas que companhias menores.

4.3 ANÁLISE ENTRE A INFORMAÇÃO SOBRE EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE PERDA NO VALOR RECUPERÁVEL DE CONTAS A RECEBER E A CLASSIFICAÇÃO SETORIAL

A Tabela 3 apresenta as informações relativas à quantidade de companhias que reconheceram perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e também demonstra sua relação com a característica de classificação setorial a qual pertencem na BM&FBOVESPA.

Tabela 3 – Evidenciação da PECLD com a Classificação Setorial

Classificação Setorial	Evidenciou perda		Não evidenciou perda	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Alimentos Processados	12	4,58%	3	4%
Comércio	11	4,2%	3	4%
Construção e Engenharia	22	8,4%	10	14%
Energia Elétrica	43	16,41%	14	20%
Transporte	35	13,36%	5	7%
Tecidos Vestuário e Calçados	20	7,63%	2	3%
Material de Transporte	10	3,82%	2	3%
Maquinas e Equipamentos	9	3,44%	3	4%
Outros	100	38,17%	29	41%
Total	262	100%	71	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

De acordo com a Tabela 3 pode-se perceber que 4,58% das companhias que evidenciaram perda em contas a receber pertencem ao setor de alimentos processados, 4,2% ao setor de comércio, 8,4% ao setor de construção e engenharia, 16,41% ao setor de energia elétrica, 13,36% ao setor de transporte, 7,63% ao setor de tecidos vestuário e calçados, 3,82% material de transporte, 3,44% maquinas e equipamentos e 38,17% pertencem a outros setores.

Das companhias que não informaram se reconheceram perda em contas a receber 4% pertencem ao setor de alimentos processados, 4% ao de comércio, 14% ao de construção e engenharia, 20% ao de energia elétrica, 7% ao de transporte, 3% ao de tecidos vestuário e calçados, 3% ao de material de transporte, 4% ao de maquinas e equipamentos e 41% a outros setores.

Percebe-se que os setores que apresentaram maior nível de evidenciação de perdas em contas a receber, com exceção da classificação outros, foram os setores de energia elétrica, seguido do setor de transporte e construção e engenharia respectivamente. Os demais setores também em sua maioria divulgaram as PECLDs, porém em menor número.

Ressalta-se que o número de companhias pertencentes aos setores em que se constatou evidenciação de perdas estimadas é maior em relação aos demais setores, logo, o fato de terem apresentado evidenciação das PECLDs pode estar relacionado a esse fato. Portanto, a classificação setorial não parece ter relação com a evidenciação de perdas em contas a receber na amostra analisada.

4.4 ANÁLISE ENTRE A INFORMAÇÃO SOBRE EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE PERDA NO VALOR RECUPERÁVEL DE CONTAS A RECEBER E O NÍVEL DE GOVERNANÇA COORPORATIVA

A Tabela 4 apresenta as informações relativas à quantidade de companhias que reconheceram perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e também demonstra sua relação com a característica de nível de governança a qual pertencem na BM&FBOVESPA.

Tabela 4 – Evidenciação da PECLD e o Nível de Governança

Nível de Governança	Evidenciou perda		Não evidenciou perda	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Tradicional	131	50%	53	75%
Nível 1	21	8,02%	1	1%
Nível 2	14	5,34%	1	1%
Novo Mercado	96	36,64%	16	23%
Total	262	100%	71	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

Observa-se de acordo com a Tabela 4 que das companhias que informaram perda em contas a receber 50% não possuem nível diferenciado de governança da BM&FBOVESPA, 8,02% pertencem ao no nível 1 de governança, 5,34% ao nível 2 de governança e 36,64% pertencem ao novo mercado.

Das companhias que não informaram se reconheceram perda em contas a receber 75% não possuem nível diferenciado de governança, enquanto que 1% pertencem ao nível 1, 1% ao nível 2 e 23% pertencem ao novo mercado.

Percebe-se que a maior parte das companhias analisadas evidenciou informações sobre perda em contas a receber. Entretanto as companhias pertencentes do novo mercado juntamente com as companhias tradicionais apresentaram maior percentual de evidenciação de perdas em contas a receber.

Contudo, nota-se que a quantidade de companhias que não possuem um nível diferenciado de governança seguido das companhias do novo mercado, é maior em relação ao nível 1 e nível 2, logo esse resultado pode estar relacionado a esse fato. Com isso pode-se auferir que para essa amostra de pesquisa o nível de governança parece não ter influencia com a evidenciação de perdas em contas a receber.

4.5 ANÁLISE ENTRE A INFORMAÇÃO SOBRE EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE PERDA NO VALOR RECUPERÁVEL DE CONTAS A RECEBER E EMPRESA DE AUDITORIA

A Tabela 5 apresenta as informações relativas à quantidade de companhias que reconheceram perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e também demonstra sua relação com a empresa de auditoria responsável pela auditoria externa das mesmas.

Tabela 5 – Evidenciação da PECLD com a Empresa de Auditoria

Empresa de Auditoria	Evidenciou perda		Não evidenciou perda	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Ernst & Young	46	17,56%	11	15%
KPMG	51	19,47%	4	6%
Deloitte	55	20,99%	9	13%
Pricewaterhousecoopers	57	21,76%	13	18%
Outras	53	20,23%	34	48%
Total	262	100%	71	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

De acordo com a Tabela 5, percebe-se que 17,56% das companhias que informaram perda em contas a receber são auditadas pela empresa de auditoria

independente Ernst & Young, 19,47% pela KPMG, 20,99% pela Deloitte, 21,76% pela Pricewaterhousecoopers e 20,23% por outras empresas de auditoria independente.

Do total das companhias que não informaram se reconheceram perda em contas a receber, 15% são auditadas pela Ernst & Young, 6% pela KPMG, 13% pela Deloitte, 18% pela Pricewaterhousecoopers e 48% por outras empresas de auditoria externa.

Dessa maneira é possível perceber que o maior percentual das companhias que não evidenciaram perdas ocorre quando estas não são auditadas por uma das *Big Fours*. Portanto uma característica possivelmente relevante identificada na amostra analisada é que quando as companhias são auditadas por outras empresas de auditoria externa, existe maior possibilidade destas não evidenciar perda em contas a receber.

4.6 ANÁLISE ENTRE AS COMPANHIAS QUE INFORMARAM A METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS PERDAS REGISTRADAS EM CONTAS A RECEBER E A RENTABILIDADE

Realizou-se a análise nas notas explicativas visando identificar a metodologia de cálculo usada pelas companhias para calcular as perdas em contas a receber. A Tabela 6 apresenta as informações relativas à quantidade de companhias que informaram a metodologia de cálculo das perdas registradas em contas a receber e também demonstra sua relação com a característica de rentabilidade. Percebeu-se que algumas companhias informaram a metodologia de cálculo das perdas registradas em contas a receber e outras nada informaram a respeito.

Tabela 6 – Metodologia de Cálculo e Rentabilidade

Rentabilidade	Informou a Metodologia		Não Informou a Metodologia	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Rentabilidade negativa	61	31,12%	57	42%
Rentabilidade entre 0 e 5%	63	32,14%	39	28%
Rentabilidade acima de 5%	72	36,73%	41	30%
Total	196	100%	137	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

De acordo com a Tabela 6 nota-se que 31,12% das companhias que informaram a metodologia usada para o cálculo das perdas registradas em contas a receber possuem rentabilidade negativa, 32,14% possuem rentabilidade entre 0 e 5% e 36,73% possuem rentabilidade acima de 5%. Das companhias que não informaram a metodologia para o

cálculo das perdas em contas a receber 42% possuem rentabilidade negativa, 28% rentabilidade entre 0 e 5% e 30% rentabilidade acima de 5%.

Dessa maneira, pode-se perceber que os percentuais das companhias que informaram a metodologia de cálculo para as PECLDs e as que não informaram ficaram relativamente próximos. Portanto, para essa amostra a característica de rentabilidade não parece ter relação com a informação da metodologia de cálculo das PECLDs por parte das companhias analisadas.

4.7 ANÁLISE ENTRE AS COMPANHIAS QUE INFORMARAM A METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS PERDAS REGISTRADAS EM CONTAS A RECEBER E A RECEITA LÍQUIDA

A Tabela 7 apresenta as informações relativas à quantidade de companhias que informaram a metodologia de cálculo das perdas registradas em contas a receber e também demonstra sua relação com a característica de receita líquida.

Tabela 7 – Metodologia de Cálculo e Receita Líquida

Receita Líquida (valores em milhares)	Informou a Metodologia		Não Informou a Metodologia	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
De 0 até 100.000	17	8,67%	42	31%
Acima de 100.000 até 1.000.000	63	32,14%	48	35%
Acima de 1.000.000	116	59,18%	47	34%
Total	196	100%	137	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

Observa-se de acordo com a Tabela 7 que 8,67% das companhias que informaram a metodologia usada para o cálculo das perdas em contas a receber possuem receita líquida de 0 até R\$100.000, 32,14% possuem receita líquida acima de R\$100.000 até R\$1.000.000 e 59,18% possuem receita líquida acima de R\$1.000.000.

Das companhias que não informaram a metodologia de cálculo das perdas registradas em contas a receber 31% possuem receita líquida de 0 até R\$100.000, 35% acima de R\$100.000 até R\$1.000.000 e 34% possuem receita líquida acima de R\$ 1.000.000.

Percebe-se que o maior percentual das companhias que informaram a metodologia de cálculo das PECLDs está entre as companhias que possuem receita líquida acima de R\$1.000.000. Dessa forma, pode-se inferir que uma característica

possivelmente relevante identificada é que quanto maior a receita líquida, maior o percentual das companhias que informam a metodologia utilizada para o cálculo das PECLDs para essa amostra.

Semelhantemente, conforme observado entre as companhias que evidenciaram perda em contas a receber, a característica de receita líquida também se mostrou relevante, pois o maior percentual das companhias que evidenciaram perda também possuem receita líquida acima de R\$1.000.000.

4.8 ANÁLISE ENTRE AS COMPANHIAS QUE INFORMARAM A METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS PERDAS REGISTRADAS EM CONTAS A RECEBER E A CLASSIFICAÇÃO SETORIAL

A Tabela 8 apresenta as informações relativas à quantidade de companhias que informaram a metodologia de cálculo das perdas registradas em contas a receber e também demonstra sua relação com a classificação setorial a qual pertencem na BM&FBOVESPA.

Tabela 8 – Metodologia de Cálculo e Classificação Setorial

Classificação Setorial	Informou a Metodologia		Não Informou a Metodologia	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Alimentos Processados	10	5,1%	5	4%
Comércio	11	5,61%	3	2%
Construção e Engenharia	15	7,65%	17	12%
Energia Elétrica	35	17,86%	22	16%
Transporte	25	12,76%	15	11%
Tecidos Vestuário e Calçados	12	6,12%	10	7%
Material de Transporte	5	2,55%	7	5%
Maquinas e Equipamentos	5	2,55%	7	5%
Outros	78	39,8%	51	37%
Total	196	100%	137	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

De acordo com a Tabela 8 percebe-se que 5,1% das companhias que informaram a metodologia usada para o cálculo das perdas em contas a receber, pertencem ao setor de alimentos processados, 5,61% ao setor de comércio, 7,65% ao setor de construção e engenharia, 17,86% ao setor de energia elétrica, 12,76% ao setor de transporte, 6,12% ao setor de tecidos vestuário e calçados, 2,55% ao setor de material de transporte, 2,55% ao setor de máquinas e equipamentos e 39,8% pertencem a outros setores.

Do total das companhias que não informaram a metodologia de cálculo usada para o cálculo das perdas em contas a receber 4% pertencem ao setor de alimentos processados, 2% ao setor de comércio, 12% ao setor de construção e engenharia, 16% ao setor de energia elétrica, 11% ao setor de transporte, 7% ao setor de tecidos vestuário e calçados, 5% ao setor de material de transporte, 5% ao setor de máquinas e equipamentos e 37% a outros setores.

Percebe-se que os setores que apresentaram maior número de companhias que divulgaram a metodologia utilizada para o cálculo das PECLDs com exceção da classificação outros, foram os setores de energia elétrica, seguido do setor de transporte e construção e engenharia respectivamente. Os demais setores também em sua maioria divulgaram as PECLDs, porém em menor número.

Entretanto, o número de companhias pertencentes aos setores de energia elétrica, transporte e construção e engenharia é maior em relação aos demais setores, logo o fato de terem apresentado maior número de companhias que divulgaram a metodologia utilizada para o cálculo das PECLDs pode estar relacionado a esse fato.

Ressalta-se que semelhantemente, o maior número de companhias que evidenciaram perda também pertence respectivamente aos setores de energia elétrica, transporte e construção e engenharia. Contudo esse resultado também pode estar relacionado à quantidade de companhias pertencentes a esses setores.

Dessa forma, pode-se inferir que a classificação setorial não parece para esta amostra, estar relacionada com o número de companhias que divulgaram a metodologia utilizada para o cálculo das PECLDs.

4.9 ANÁLISE ENTRE AS COMPANHIAS QUE INFORMARAM A METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS PERDAS REGISTRADAS EM CONTAS A RECEBER E O NÍVEL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Tabela 9 apresenta as informações relativas à quantidade de companhias que informaram a metodologia de cálculo das perdas registradas em contas a receber e também demonstra sua relação à característica de nível de governança a qual pertencem na BM&FBOVESPA.

Tabela 9 – Metodologia de Cálculo e Nível de Governança

Nível de Governança	Informou a Metodologia		Não Informou a Metodologia	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Tradicional	102	52,04%	82	60%
Nível 1	13	6,63%	9	7%
Nível 2	10	5,1%	5	4%
Novo Mercado	71	36,22%	41	30%
Total	196	100%	137	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

De acordo com a Tabela 9, observa-se que 52,04% das companhias que informaram a metodologia utilizada para o cálculo das perdas em contas a receber não pertencem a um nível diferenciado da BM&FBOVESPA, 6,63% pertencem ao nível 1, 5,10% pertencem ao nível 2 e 36,22% pertencem ao novo mercado.

Das companhias que não informaram a metodologia utilizada para o cálculo das perdas em contas a receber 60% não pertencem a um nível diferenciado da BM&FBOVESPA, enquanto que 7% pertencem ao nível 1, 4% pertencem ao nível 2 e 30% pertencem ao novo mercado.

Percebe-se que a maior parte das companhias informou a metodologia de cálculo das perdas em contas a receber, independente de pertencerem ou não a um nível diferenciado de governança. Apesar do maior percentual de evidenciação ter se concentrado entre as companhias tradicionais e do novo mercado, não observa-se uma relação entre o nível de governança e a divulgação da metodologia por parte das companhias analisadas pelo motivo de que a maior parte das companhias pertencerem ao segmento tradicional ou ao novo mercado.

Salienta-se que, de maneira semelhante ao observado em relação à metodologia de cálculo das perdas em contas a receber, não foi observado relevância entre o nível de governança e as às companhias que evidenciaram perdas em contas a receber.

4.10 ANÁLISE ENTRE AS COMPANHIAS QUE INFORMARAM A METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS PERDAS REGISTRADAS EM CONTAS A RECEBER E EMPRESA DE AUDITORIA

A Tabela 10 apresenta as informações relativas à quantidade de companhias que informaram a metodologia de cálculo das perdas registradas em contas a receber e

também demonstra sua relação com a empresa de auditoria responsável pela auditoria externa das mesmas.

Tabela 10 – Metodologia de Cálculo e Empresa de Auditoria

Empresa de Auditoria	Informou a Metodologia		Não Informou a Metodologia	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Ernst & Young	41	20,92%	16	12%
KPMG	36	18,37%	19	14%
Deloitte	37	18,88%	27	20%
Pricewaterhousecoopers	46	23,47%	24	18%
Outras	36	18,37%	51	37%
Total	196	100%	137	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

Nota-se de acordo com a Tabela 10 que 20,92% das companhias que informaram a metodologia utilizada para o cálculo das perdas em contas a receber são auditadas pela empresa de auditoria externa Ernst & Young, 18,37% pela KPMG, 18,88% pela Deloitte, 23,47% pela Pricewaterhousecoopers e 18,37% por outras empresas de auditoria externa.

Das companhias que não informaram a metodologia utilizada para o cálculo das perdas em contas a receber, 12% são auditadas pela Ernst & Young, 14% pela KPMG, 20% pela Deloitte, 18% pela Pricewaterhousecoopers e 37% por outras empresas de auditoria externa.

Percebe-se que o maior percentual de companhias que não informaram a metodologia de cálculo das PECLDs pertence às companhias que não são auditadas por uma das *Big Fours*. Desse modo, pode-se sugerir para essa amostra, que uma característica observada é que as companhias auditadas por outras empresas de auditoria externa tendem a não informar a metodologia utilizada para o cálculo das PECLDs.

Ressalta-se que semelhantemente, a característica de empresa de auditoria também se mostrou relevante quando comparada com a evidenciação das PECLDs por parte das companhias analisadas.

4.11 ANÁLISE ENTRE O CRITÉRIO QUE ESTÁ SENDO USADO PELAS COMPANHIAS PARA CALCULAR SUAS PERDAS EM CONTAS A RECEBER, SE PERDAS ESTIMADAS OU PERDAS INCORRIDAS E A RENTABILIDADE

Realizou-se a análise nas notas explicativas visando identificar qual o critério que está sendo usado pelas companhias para calcular as perdas em contas a receber, se por estimativas ou perdas efetivamente incorridas. A Tabela 11 apresenta as informações relativas à quantidade de companhias que informaram o critério usado para calcular as perdas registradas em contas a receber e também demonstra sua relação com a característica de rentabilidade.

Percebe-se que algumas companhias informaram que utilizam o critério de estimativas para calcular as perdas em contas a receber, outras utilizam o critério de perdas incorridas, enquanto outras nada informaram a respeito.

Tabela 11 – Critério Utilizado e Rentabilidade

Rentabilidade do Ativo	Perdas estimadas		Perdas Incorridas		Nada Informou	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Rentabilidade negativa	65	32,5%	1	9%	52	43%
Rentabilidade entre 0 e 5%	63	31,5%	7	64%	32	26%
Rentabilidade acima de 5%	72	36%	3	27%	38	31%
Total	200	100%	11	100%	122	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

Percebe-se de acordo com a Tabela 11 que 32,5% das companhias que utilizam o critério de estimativas para calcular suas perdas em contas a receber possuem rentabilidade negativa, 31,50% possuem rentabilidade entre 0 e 5% e 36% possuem rentabilidade acima de 5%.

Das companhias que utilizam o critério de perdas incorridas para calcular suas perdas em contas a receber, 9% possuem rentabilidade negativa, 64% possuem rentabilidade entre 0 e 5% e 27% possuem rentabilidade acima de 5%. Das companhias que não informaram o critério utilizado para calcular as perdas em contas a receber 43% possuem rentabilidade negativa, 26% possuem rentabilidade entre 0 e 5% e 31% possuem rentabilidade acima de 5%.

Percebe-se que a maior parte das companhias utiliza o critério de perdas estimadas independente da rentabilidade do ativo. Dessa forma, para essa amostra a

rentabilidade parece não ser relevante em relação ao critério utilizado pelas companhias para as PECLDs relativas às suas contas a receber.

4.12 ANÁLISE ENTRE O CRITÉRIO QUE ESTÁ SENDO USADO PELAS COMPANHIAS PARA CALCULAR SUAS PERDAS EM CONTAS A RECEBER, SE PERDAS ESTIMADAS OU PERDAS INCORRIDAS E A RECEITA LÍQUIDA

A Tabela 12 apresenta as informações relativas à quantidade de companhias que informaram o critério usado para calcular as perdas registradas em contas a receber e também demonstra sua relação com a característica de receita líquida.

Tabela 12 – Critério Utilizado e Receita Líquida

Receita Líquida	Perdas estimadas		Perdas Incorridas		Nada Informou	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
De 0 até 100.000	21	10,5%	1	9%	37	30%
Acima de 100.000 até 1.000.000	66	33%	3	27%	42	34%
Acima de 1.000.000	113	56,5%	7	64%	43	35%
Total	200	100%	11	100%	122	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

De acordo com a Tabela 12 observa-se que 10,5% das companhias que utilizam o critério de estimativas para calcular suas perdas em contas a receber, possuem receita líquida entre 0 e R\$100.000, 33% possuem receita líquida acima de R\$100.000 até R\$1.000.000 e 56,5% possuem receita líquida acima de R\$1.000.000.

Das companhias que utilizam o critério de perdas incorridas para calcular suas perdas em contas a receber, 9% possuem receita líquida entre 0 e R\$100.000, 27% possuem receita líquida acima de R\$100.000 até R\$1.000.000 e 64% possuem receita líquida acima de 1.000.000. Das companhias que não informaram o critério utilizado para calcular as perdas em contas a receber 30% possuem receita líquida entre 0 e R\$100.000, 34% possuem receita líquida acima de R\$100.000 até R\$1.000.000 e 35% possuem receita líquida acima de R\$1.000.000.

Percebe-se que a maior parte das companhias opta pelo critério de perdas estimadas, independente da receita líquida. Dessa maneira, assim como a rentabilidade do ativo, a característica de receita líquida não apresentou relação com o critério utilizado pelas companhias analisadas. Ressalta-se que a receita líquida se mostrou

relevante quando comparada com a evidenciação das perdas em contas a receber e a informação da metodologia de cálculo das PECLDs por parte das companhias analisadas.

4.13 ANÁLISE ENTRE O CRITÉRIO QUE ESTÁ SENDO USADO PELAS COMPANHIAS PARA CALCULAR SUAS PERDAS EM CONTAS A RECEBER, SE PERDAS ESTIMADAS OU PERDAS INCORRIDAS E A CLASSIFICAÇÃO SETORIAL

A Tabela 13 apresenta as informações relativas à quantidade de companhias que informaram o critério usado para calcular as perdas registradas em contas a receber e também demonstra sua relação com a classificação setorial a qual pertencem na BM&FBOVESPA.

Tabela 13 – Critério Utilizado e Classificação Setorial

Classificação Setorial	Perdas estimadas		Perdas Incorridas		Nada Informou	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Alimentos Processados	9	4,5%	2	18%	4	3%
Comércio	11	5,5%	0	0%	3	2%
Construção e Engenharia	17	8,5%	2	18%	13	11%
Energia Elétrica	37	18,5%	0	0%	20	16%
Transporte	26	13%	1	9%	13	11%
Tecidos Vestuário e Calçados	12	6%	0	0%	10	8%
Material de Transporte	4	2%	2	18%	6	5%
Maquinas e Equipamentos	5	2,5%	0	0%	7	6%
Outros	79	39,5%	4	36%	46	38%
Total	200	100%	11	100%	122	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

Nota-se de acordo com a Tabela 13 que 4,5% das companhias que utilizam o critério de estimativas para calcular suas perdas em contas a receber pertencem ao setor de alimentos processados, 5,50% ao setor de comércio, 8,5% ao setor de construção e engenharia, 18,50% ao setor de energia elétrica, 13% ao setor de transporte, 6% ao setor de tecidos vestuário e calçados, 2% ao setor de material de transporte e 2,5% ao setor de maquinas e equipamentos e 39,5% pertencem a outros setores.

Das companhias que utilizam o critério perdas incorridas para calcular suas perdas em contas a receber, 18% pertencem ao setor de alimentos processados, nenhuma ao setor de comércio, 18% ao setor de construção e engenharia, nenhuma ao setor de energia elétrica, 9% ao setor de transporte, nenhuma ao setor de tecidos vestuário e calçados, 18% ao setor de material de transporte, nenhuma ao setor de maquinas e equipamentos e 36% pertencem a outros setores.

Das companhias que não informaram o critério usado para calcular suas perdas em contas a receber 3% pertencem ao setor de alimentos processados, 2% ao setor de comércio, 11% ao setor de construção e engenharia, 16% ao setor de energia elétrica, 11% ao setor de transporte, 8% ao setor de tecidos vestuário e calçados, 5% ao setor de material de transporte, 6% ao setor de maquinas e equipamentos e 38% pertencem a outros setores.

É possível notar que a maior parte das companhias utiliza o critério de perdas estimadas independente do setor a qual pertence. Assim, a classificação setorial, não se mostrou relevante em relação ao critério utilizado pelas companhias analisadas nesta pesquisa no que tange às PECLDs, bem como as características de rentabilidade e receita líquida também não apresentaram relação evidente.

Ressalta-se que a classificação setorial também não se mostrou relevante quando comparada com a evidenciação de perdas em recebíveis e a divulgação da metodologia de cálculo das PECLDs por parte das companhias analisadas.

4.14 ANÁLISE ENTRE O CRITÉRIO QUE ESTÁ SENDO USADO PELAS COMPANHIAS PARA CALCULAR SUAS PERDAS EM CONTAS A RECEBER, SE PERDAS ESTIMADAS OU PERDAS INCORRIDAS E O NÍVEL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Tabela 14 apresenta as informações relativas à quantidade de companhias que informaram o critério usado para calcular as perdas registradas em contas a receber e também demonstra sua relação com o nível de governança a qual pertencem na BM&FBOVESPA.

Tabela 14 – Critério Utilizado e Nível de Governança

Nível de Governança	Perdas estimadas		Perdas Incorridas		Nada Informou	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Tradicional	104	52%	6	55%	74	61%
Nível 1	16	8%	0	0%	6	5%
Nível 2	10	5%	0	0%	5	4%
Novo Mercado	70	35%	5	45%	37	30%
Total	200	100%	11	100%	122	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

De acordo com a Tabela 14 percebe-se que 52% das companhias que utilizam o critério de estimativas para calcular suas perdas em contas a receber não pertencem a um nível diferenciado de governança na BM&FBOVESPA, enquanto que 8% pertencem ao nível 1, 5% pertencem ao nível 2 e 35% pertencem ao novo mercado.

Das companhias que utilizam o critério de perdas incorridas para calcular suas perdas em contas a receber, 55% não pertencem a um nível diferenciado de governança, nenhuma pertence ao nível 1 ou nível 2 e 45% pertencem ao novo mercado. Das companhias que não informaram o critério que utilizam para calcular suas perdas em contas a receber, 61% não pertencem a um nível diferenciado de governança, enquanto que 5% pertencem ao nível 1, 4% pertencem ao nível 2 e 30% pertencem ao novo mercado.

Percebe-se que o percentual de companhias que optam pelo critério de perdas incorridas para as PECLDs está distribuído entre as companhias do novo mercado e as que não pertencem a nenhum nível de governança corporativa. Em contrapartida as companhias pertencentes ao nível 1 e nível 2 em sua totalidade optaram pelo critério de perdas estimadas.

Entretanto, o fato do percentual de companhias que optaram pelo critério de perdas incorridas estar distribuído entre as companhias do segmento tradicional e do novo mercado pode ter relação com o motivo de que a maioria das companhias analisadas possuem essas características. Desse modo, não foi observado relação na amostra entre o nível de governança e o critério utilizado pelas companhias para as PECLDs.

4.15 ANÁLISE ENTRE O CRITÉRIO QUE ESTÁ SENDO USADO PELAS COMPANHIAS PARA CALCULAR SUAS PERDAS EM CONTAS A RECEBER, SE PERDAS ESTIMADAS OU PERDAS INCORRIDAS E A EMPRESA DE AUDITORIA

A Tabela 15 apresenta as informações relativas à quantidade de companhias que informaram o critério usado para calcular as perdas registradas em contas a receber e também demonstra sua relação com a empresa de auditoria que realiza a auditoria independente das companhias componentes da amostra.

Tabela 15 – Critério Utilizado e Empresa de Auditoria

Empresa de Auditoria	Perdas estimadas		Perdas Incorridas		Nada Informou	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Ernst & Young	39	19,5%	3	27%	15	12%
KPMG	36	18%	1	9%	18	15%
Deloitte	38	19%	2	18%	24	20%
Pricewaterhousecoopers	45	22,5%	2	18%	23	19%
Outras	42	21%	3	27%	42	34%
Total	200	100%	11	100%	122	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

Observa-se de acordo com a Tabela 15 que do total das companhias que utilizam o critério de estimativas para calcular suas perdas em contas a receber, 19,5% são auditadas pela empresa de auditoria independente Ernst & Young, 18% pela KPMG, 19% pela Deloitte, 22,5% pela Pricewaterhousecoopers e 21% são auditadas por outras empresas de auditoria independente.

Das companhias que utilizam o critério de perdas incorridas para calcular suas perdas em contas 27% são auditadas pela empresa de auditoria independente Ernst & Young, 9% são auditadas pela KPMG, 18% pela Deloitte, 18% pela Pricewaterhousecoopers e 27% por outras empresas de auditoria independente.

Das companhias que não informaram o critério que utilizam para calcular as perdas em contas a receber, 12% são auditadas pela Ernst & Young, 15% pela KPMG, 20% pela Deloitte, 19% pela Pricewaterhousecoopers e 34% são auditadas por outras empresas de auditoria independente.

Percebe-se que a maior parte das companhias utiliza o critério de perdas estimadas, independente de serem auditadas por uma das *Big Fours* ou outras empresas

de auditoria independente, não se destacando alguma relação entre a empresa de auditoria e o critério utilizado. Entretanto, a característica empresa de auditoria se mostrou relevante quando comparada com a evidenciação de perda em contas a receber e a informação de metodologia das PECLDs por parte das companhias analisadas.

2.16 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Notou-se que a maioria das companhias utiliza o método de estimativas para calcular suas perdas. Em uma análise semelhante nas companhias de consumo cíclico da BM&FBOVESPA, Foster *et al.* (2014) constatou que apenas 4 das 20 companhias analisadas utilizam o critério de perdas incorridas.

O estudo de Holtz *et al.* (2012) ao analisar as companhias do setor de comércio da BM&FBOVESPA no período de 2006 até 2011, também constatou que mesmo após a adoção do CPC-38 em 2010 a maior parte das companhias analisadas utilizam o critério de estimativas para o cálculo das PECLDs.

Percebeu-se que existe uma preferência pelas companhias ao uso das estimativas, que pode ser justificada pelo fato de ser mais seguro para as mesmas diante das incertezas de não recebimento. E também pelo Princípio da Prudência que orienta para nos casos de incertezas sempre optar pelo menor valor para os ativos e o maior valor para os passivos, e pelo Princípio da Competência que estabelece que as despesas devem ser reconhecidas no mesmo momento em que as receitas associadas forem também reconhecidas.

Para demonstrar a maneira como as companhias estão divulgando o critério utilizado para calcular suas perdas em contas a receber, destacou-se 12 das companhias analisadas e um resumo da metodologia de cálculo das PECLDs evidenciado nas notas explicativas de cada uma das companhias, o qual pode ser verificado no Quadro 3.

Quadro 3 – Metodologia e Critério Utilizado

Companhia	Metodologia utilizada para o cálculo das perdas	Critério
CIA. HERING	O cálculo da provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores, entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.	Estimativas
OI S.A	O valor da estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em histórico de inadimplência	Estimativas
DURATEX S.A	A provisão é constituída com base nas duplicatas em atraso acima de 180 dias e conforme análise individual dos valores relevantes em atraso.	Estimativas
CELP	A provisão é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes.	Estimativas
COELBRA	A PECLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas.	Estimativas
GERDAU	Calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem.	Estimativas
NATURA COSMETICOS	A provisão é constituída utilizando o histórico de perdas por faixas de vencimento	Estimativas
TRACTEBEL	A Companhia constituiu provisão para devedores duvidosos sobre os valores a receber vencidos para os quais o risco de perda na sua recuperação é provável.	Estimativas
BRASIL PHARMA	É constituída a partir de 30 dias de atraso	Estimativas
GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES	A provisão para devedores duvidosos é constituída para contas vencidas há mais de 90 dias para vendas parceladas pelo programa Voe Fácil, agências de viagem e cargas, e há mais de 180 dias para vendas de Companhias aéreas parceiras. Adicionalmente, para determinados casos, a Companhia executa análises individuais para a avaliação do risco de recebimento.	Estimativas
IOCHPE MAXION	A provisão é constituída considerando-se a análise da composição dos títulos vencidos, adotando o critério de provisão para a totalidade dos créditos vencidos acima de 90 dias para os quais não apresentem evidências de negociação, e dos clientes concordatários e falidos.	Incorridas
JOSAPAR	Saldo de clientes com processo de falência decretada, concordatários com previsão de desfecho desfavorável e clientes com títulos protestados e sem garantia real.	Incorridas

Fonte: Dados da Pesquisa

No Quadro 3 foram destacadas da amostra de pesquisa 12 companhias com suas respectivas metodologias de cálculo das PECLDs juntamente com o critério utilizado pelas mesmas, a fim de fornecer um breve resumo de como as companhias analisadas estão divulgando o critério utilizado para o cálculo das perdas em contas a receber.

Dentre as companhias que divulgaram a metodologia utilizada, percebeu-se não existe um padrão para o cálculo das PECLDs, e isso acontece principalmente entre as companhias que optaram pelo método de estimativas.

Das companhias que utilizam o critério de estimativas, constatou-se que há diferentes metodologias utilizadas por elas para chegar às perdas em contas a receber. Através da análise das notas explicativas percebeu-se que os critérios mais usados pelas companhias são: valores vencidos a um determinado período, histórico de inadimplência, análise da situação individual de clientes e situação do grupo econômico ao qual pertencem.

Dentre as companhias que optaram pelo critério de perdas incorridas o cálculo das PECLDs, foram baseados em clientes concordatários, falidos ou em processo de falência, ou títulos vencidos dos quais já se esgotaram todas as possibilidades de recebimento.

Outro fato observado com a análise das notas explicativas foi referente ao termo utilizado pelas companhias para PECLD. Os resultados evidenciaram que maior parte das companhias emprega o termo "provisão" no lugar de estimativa para perda. Em um estudo semelhante Holtz *et al.* (2012) constatou que todas as companhias analisadas também utilizam o termo provisão para perda.

Contudo, o emprego do termo “provisão” no lugar de estimativa para perda é um equívoco por parte das companhias, pois conforme o CPC 25 (2009, p. 5) provisão é “um passivo de prazo ou de valor incertos”, no qual um passivo é uma obrigação decorrente de eventos já ocorridos, dos quais se espera saída de recursos para sua liquidação, e estes gerem benefícios econômicos para entidade (CPC 00, R1, 2011).

Segundo Nascimento (2015) as provisões se diferenciam dos demais passivos por haver incerteza quanto ao prazo e os valores a serem desembolsados futuramente para liquidação. Diante desse fato, não é possível a utilização do termo provisão para a PECLD, pois, conforme explicam Martins *et al.* (2013), a PECLD não se enquadra na definição de passivo e sim de redução ao valor recuperável de ativos.

5 CONCLUSÕES DA PESQUISA

Neste tópico serão apresentadas as conclusões da pesquisa quanto aos objetivos, quanto aos resultados e também sugestões para futuras pesquisas.

5.1 CONCLUSÕES QUANTO AOS OBJETIVOS

Em relação ao primeiro objetivo específico, que consistiu em elaborar uma lista de itens com questões acerca da evidenciação das perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa com base no pronunciamento contábil CPC-38, considera-se que o mesmo foi atendido.

Elaborou-se uma lista de verificação com base no CPC-38 com questões pertinentes a evidenciação das PECLDs, após foram analisados todos os itens nas notas explicativas das companhias componentes da amostra, a fim de verificar como estão realizando a evidenciação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. Constatou-se que 200 companhias utilizam o critério de estimativas, 11 utilizam o critério de perdas incorridas e outras 122 não informam o critério utilizado.

No que compete ao segundo objetivo específico, de verificar as orientações constantes nos princípios da contabilidade e no CPC-38 sobre o reconhecimento das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, também foi atingido. Com a análise dos princípios de contabilidade verificou-se que existem dois princípios que são fundamentais para o reconhecimento das PECLDs, que são o Princípio da Prudência e o Princípio da Competência.

Constatou-se que a relação existente entre o princípio da prudência e as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa se dá no sentido de evitar que haja uma superavaliação das contas a receber. Já a relação existente entre as PECLDs e o Princípio da Competência se dá no momento em que deve ser constituída a estimativa de perda, o qual pressupõe que as despesas devem ser reconhecidas no mesmo momento em que as receitas associadas forem também reconhecidas.

Em relação à análise do CPC-38, verificou-se que o mesmo é subjetivo em relação a quando se deve estimar e reconhecer as perdas. O referido pronunciamento contábil do CPC orienta que perdas esperadas decorrentes de acontecimentos futuros

não devem ser contabilizadas não importando o grau de probabilidade. Entretanto o mesmo CPC também permite que a entidade use seu juízo baseado em experiências para estimar a quantia de qualquer perda no valor recuperável, o que sugere o uso de estimativa.

Em relação ao terceiro objetivo específico, que consistiu em verificar se existe relação entre a evidenciação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa com as características das companhias, também foi atendido. Os resultados demonstraram que a característica de rentabilidade não tem relação na amostra com a evidenciação das perdas por parte das companhias, assim como a classificação setorial e o nível de governança. Entretanto, as características de receita líquida e empresa de auditoria se mostraram relevantes na amostra em relação à evidenciação das PECLDs.

As companhias que possuem maior receita líquida foram as que mais informaram como estão evidenciando as perdas em contas a receber. Quanto à característica de empresa de auditoria, as companhias que não são auditadas por uma das *Big Fours* tendem em sua maioria a não evidenciar PECLDs.

Desta maneira, considera-se atingido o objetivo geral do trabalho, de verificar como as companhias de capital aberto brasileiras estão evidenciando as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e quais características estão relacionadas à sua evidenciação.

5.2 CONCLUSÕES QUANTO AOS RESULTADOS

No que concerne aos resultados da pesquisa, é possível inferir que as companhias analisadas nesta pesquisa utilizam em sua maioria o critério de estimativa para mensurar suas perdas em créditos recebíveis. Esse mesmo resultado pode ser verificado nas pesquisas de Holtz *et al.* (2012) e Folster *et al.* (2014), que também concluíram que a maioria das companhias analisadas utilizam o critério de estimativas para mensuração das PECLDs.

Em relação às características de rentabilidade, receita líquida, classificação setorial, nível de governança, e empresa de auditoria, os resultados obtidos apontam que as características analisadas não se mostraram relevantes na amostra em relação ao critério utilizado.

A maioria das companhias utiliza o critério de perdas estimadas, independente da característica que possui. Das companhias que informaram o critério utilizado 200 utilizam perdas estimadas e apenas 11 utilizam perdas incorridas. Outras 122 não informam o critério.

Quanto à evidenciação das perdas em contas a receber e sua relação com as características das companhias analisadas, os resultados obtidos demonstraram que a característica de rentabilidade não tem relação com a evidenciação das perdas por parte das companhias, assim como a classificação setorial e o nível de governança.

Entretanto, as características receita líquida, e empresa de auditoria se mostraram relevantes na amostra em relação à evidenciação das PECLDs. As companhias com maior receita líquida foram as que mais evidenciaram perdas em contas a receber. No que diz respeito à empresa de auditoria, os resultados demonstram que o maior percentual de companhias que não evidenciaram perdas em contas a receber se dá quando essas não são auditadas por uma das *Big Fours*.

Quanto à divulgação da metodologia utilizada para o cálculo das perdas registradas em contas a receber e as características das companhias analisadas, os resultados obtidos apontam que as características de rentabilidade, classificação setorial e nível de governança não têm relação na amostra com a divulgação da metodologia de cálculo das PECLDs por parte das companhias.

Em relação à receita líquida e empresa de auditoria, os resultados se mostraram relevantes quando comparadas com a informação da metodologia de cálculo utilizada pelas companhias para o registro das perdas em contas a receber. O maior percentual de companhias que informaram a metodologia utilizada para o cálculo das PECLDs está relacionado com as companhias que possuem maior receita líquida. No que concerne à empresa de auditoria, o maior percentual de companhias que não informaram a metodologia de cálculo das PECLDs está relacionado com as companhias que não são auditadas por uma das *Big Fours*.

Portanto conclui-se que para essa amostra de pesquisa, as características de rentabilidade, classificação setorial e nível de governança não se mostraram relevantes em relação à evidenciação das PECLDs por parte das companhias analisadas bem como a divulgação da metodologia de cálculo utilizada. Em contrapartida quando analisadas a receita líquida e empresa de auditoria, estas se mostraram relevantes.

Quanto ao critério utilizado pelas companhias para as PECLDs, nenhuma das características analisadas se mostrou relevante, pois a maioria das companhias utiliza o critério de perdas estimadas independente da característica que possuem. Ressalta-se que os resultados dessa pesquisa limitam-se a amostra analisada bem como o ano estudado, que foi de 2014, não podendo ser generalizado para outras companhias ou períodos distintos.

5.3 SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

Com base na pesquisa realizada, sugere-se para estudos posteriores:

a) Investigar um período maior de tempo, visando identificar se houve alguma mudança nos critérios utilizados pelas companhias em relação às PECLDs, considerando o que prescreve o CPC-38 e os princípios de contabilidade.

b) A realização de uma análise estatística envolvendo o nível de evidenciação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, que poderá ser mensurado em uma pesquisa posterior, e as características das companhias de capital aberto brasileiras que possuem contas a receber.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: um curso moderno e completo**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS BOVESPA S. A. - BM&F BOVESPA. Empresas Listadas. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas/criterio-de-classificacao/>. Acesso em: 23 abril 2016.

BORTOLON, Patrícia Maria; NETO, Alfredo Sarlo; SANTOS, Thais Barreto. Custos de auditoria e governança corporativa. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 24, n.61, p. 27-36, 2013.

BRASIL. Conselho Monetário Nacional. Resolução 750 de 29 de Dezembro de 1993. Dispõe sobre os princípios de contabilidade (PC). Disponível em: <www.portaldecontabilidade.com.br/legislacao/resolucao/cfc/774.htm>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2016.

_____. Resolução 2.682 de 22 de dezembro de 1999. Dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=res&ano=1999&numero=2682>>. Acesso em: 20 de abril de 2016.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). *Recomendações da CVM sobre governança corporativa*, jun. 2002. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 23 de abril de 2016.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (Brasil). Pronunciamento Técnico 38, de 02 de outubro de 2009. Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Correlação às Normas internacionais de Contabilidade IAS 39 Disponível em: <www.cpc.gov.br>.

_____. Pronunciamento Técnico CPC 25, de 26 de junho de 2009. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC>>. Acesso em: 20 de maio de 2016.

_____. Pronunciamento Técnico CPC 00 R1, de 02 de dezembro de 2011. Estrutura Conceitual para Elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC>>. Acesso em: 20 de maio de 2016.

DANTAS, José Alves; CHAVES, Simone de Mesquita Teixeira; SOUSA, Gersonete de Araujo; SILVA, Eduardo Monteiro. Concentração de auditoria no mercado de capitais brasileiro. **Revista de Contabilidade e Organizações**, Ribeirão Preto, v. 6, n.14, p. 4-21, jan./abr. 2012.

FOLSTER, André; ALBERTON, Luiz; FERREIRA, Luiz Felipe. Análise da observação do CPC 38 em relação às provisões com os créditos de liquidação duvidosa. In: 5º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças & Iniciação Científica em Contabilidade, 2014.

GALLON, Alessandra Vasconcelos; BEUREN, Ilse Maria; HEIN, Nélson. Análise da relação entre evidenciação nos relatórios da administração e o nível de governança das empresas na Bovespa. **Revista de Informação Contábil – RIC**, v. 1, n. 2, p. 18-41, out./dez. 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. Atlas, 2008.

HOLTZ, Luciana; SALAROTI Abner Ribeiro; NETO, Alfredo Sarlo; BORTOLON, Patricia Maria; PAULO, Edilson. A Prática de Reconhecimento e Mensuração das Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa Antes e Após Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade. In: III Congresso Nacional de Administração e Ciências Contábeis - AdCont, 2012. Rio de Janeiro, 2012.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LEVINE, David M.; STEPHAN, David F.; KREHBIEL, Thimoty C.; BERENSON, Mark L. **Estatística: teoria e aplicações**. Tradução Teresa Cristina Padilha de Souza. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo; IUDICIBUS, Sérgio; **Manual de contabilidade societária**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

NASCIMENTO, Edna Araujo; COSTA, Jenifer Maria dos Santos; MENEZES, Guilherme Alves; ANDRADE, Jesusmar Ximenes. Fatores Associados ao Uso Incorreto do Termo Provisão: Um estudo com empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA. In: 12º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 2015.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Teoria da contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

REZENDE, Isabelle Carlos Campos; ANDRADE, Gardenia Maul; SANTOS, Alan. Análise da Rentabilidade das Maiores Empresas-Modelo Brasileiras em Responsabilidade Social Corporativa segundo a Revista Exame. In: V Seminário UFPE de Ciências Contábeis, 2011, Recife. Perspectiva Crítica em Contabilidade: o Desenvolvimento Econômico as Conquistas Sociais e o Conflito Distributivo, 2011.

SILVA, José Adenildo da; SILVA, Elvis Magno da; URBANAVICIUS JÚNIOR, Vladas. A Observância Aos Princípios Fundamentais Da Contabilidade Para A Excelência Profissional. In: Encontro Latino De Iniciação Científica, 13, 2009, São José dos Campos. Ciência e Ética - O Paradigma do Século XXI. São José dos Campos: Univap, 2009. p. 1 - 6. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2009/anais/arquivos/0234_0062_01.pdf>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2016.

VELOZO, Erica Jann; PINHEIRO, Leonardo Barboza; SANTOS, Marcos José Araújo dos; CARDOZO, Julio Sergio de Souza. Concentração de Firms de Auditoria: Atuação das Big Four no Cenário Empresarial Brasileiro. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 58, p.55-61, 2013. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/1984/1792>>. Acesso em: 20 de maio de 2016.

APÊNDICE

Apêndice A: Amostra companhias analisadas

COMPANHIA
ALGAR TELECON
AES ELPA S.A.
AES SUL
AES TIETÊ S.A.
ANDRADE GUTIERREZ CONCESSÕES S.A.
ALL AMERICA MALHA NORTE
ALL MALHA PAULISTA
ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA
ALPARGATAS S.A.
ALTUS SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO S.A.
ALUPAR
AMBEV
AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS
ÁQUILLA SECURITIZADORA
AREZZO
ARTERIS S.A. E CONTROLADAS
AZEVEDO
B2W CIA DIGITAL
BAESA 2014
BANDEIRANTE ENERGIA S.A
BARDELLA S.A
BAUMER
BEMATECH S.A
BICICLETAS MONARK
BIOSEV
BOMBRIL
BR BROKERS
BRASIL AGROSEC
BRASIL PHARMA
BRASKEN
BRF
BROOKFIELD
BUETTNER
CAGECE
CAMBUCI
CASAN
CCR S
CCX CARVÃO
CEB
CEEE-D

Continua...

Apêndice A: Amostra companhias analisadas (continuação)

CEEE-GT
CEG
CELP
CELULOSE IRANI
CEMAR
CEMIG DIST
CEMIG GT
CEMIG (CIA ELETRICA MG)
CENTRAIS ELETRICA PARANA
CENTRAIS ELETRICA CELESC SC
CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS -ELETROBRAS
CESP
CIA AGUAS DO BRASIL
CIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO
CIA CELG PARTICIPAÇÕES
CIA FERRO LIGAS
CIA FIAÇÃO TECIDOS
CIA GAS DE SP
CIA HERING
CIA INDUSTRIAL CATAGUAS
COMPANHIA INDUSTRIAL SCHLÖSSER
CIA LOCAÇÃO DAS AMERICAS
CIA MELHORAMENTOS DE SP
CIA PARANAENSE DE ENERGIA
CIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
CIA PIRATINGA DE FORÇA E LUZ
CIA SANEAMENTO BASICO SP
CIA SANEAMENTO DE MINAS GERAIS
CIA SANEAMENTO DO PARANÁ
CIA SIDERURGICA NACIONAL
CIA TECIDOS NORTE DE MINAS
CIA TECIDOS SANTANENSE
COBRASMA
COELBRA- EM. ELETRICA BAHIA
COELCE- EM.ELETRICA CEARA
CONC AUTO RAPOSO TAVARES S.A
CONC DO AEROPORTO INTERNACIONAL
CONC ECOVIAS IMIGRANTES
CONC RIO-TERESOPOLIS
CONC ROD AYRTON SENA
CONC ROD OESTE SP

Continua...

Apêndice A: Amostra companhias analisadas (continuação)

CONC RODOVIA PRES. DUTRA
CONC RODOVIAS DO TIETE
CONC ROTA DAS BANDEIRAS
CONC SIST ANHANG
CONCEPA
CONSERVAS ODERICH
CONST A LIND
CONSTRUTORA BETER S.A
CONSTRUTORA LIX DA CUNHA
CONSTRUTORA SULTEPA S.A
CONTAX
COSAN LOGISTICA(LOG) S.A
COSAN
COSAN (INDUSTRIA E COMERCIO)S.A
COSERN
CPFL ENERGIA
CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS
CPFL GERAÇÃO
CR2
CREMER S.A
CRISTAL PIGMENTOS DO BRASIL
CSU CARDSYSTEM
CTEEP
CTX PART
CVC BRASIL
CYRELA BRAZIL REALT
DIAGNOSTICOS DA AMERICA
DIMED
DIRECIONAL ENGENHARIA
CIA DOCAS DE IMBITUBA
DOHLER
DTCOM
DUFREY AG
DUKE ENERGY
DURATEX S.A
ECO SECURITIZADORA
ECO RODOVIAS CONCESSOES
ECO RODOVIAS INFRAESTRUTURA
EDP ENERGIAS DO BRASIL
ELECTRO ACO ALTONA
ELEKEIROZ

Continua...

Apêndice A: Amostra companhias analisadas (continuação)

ELEKTRO
ELETROPAR
ELETROPAULO
EMAE
EMBRAER
EMPRESA CONC RODOVIA PRES. DUTRA S.A
EMPRESA NAC COM REDITO PART S.A.ENCORPAR
ENERGISA MATO GROSSO
ENERGISA MATO GROSSO DO SUL
ENERGISA S.A
ENEVA S.A
EQUATORIAL ENERGIA
ESPIRITO SANTO CENTER
ESTACIO PARTICIPAÇÕES
ETERNIT S.A
EUCATEX
EVEN CONSTRUTORA
ÉVORA S.A
EXCELCIOR ALIMENTOS S.A
EZ TEC. EMPREENDIMENTOS
FER HERINGER
FERREIRA GOMES ENERGIA
FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA S.A
FIAÇÃO TEC SÃO JOSÉ
FIBAM
FIBRIA CELULOSE
FLEURY S.A
FORJAS TAURUS
FRAS LE S.A
GAEC EDUCAÇÃO
GAFISA S.A.
GERDAU
GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES
GPC PARTICIPAÇÕES S.A
GRAZZIOTIN
GRENDENE S
GUARARAPES CONFECÇÕES
HAGA S.A
HELBOR
HERCULES S.A
HIDROVIAS DO BRASIL

Continuação...

Apêndice A: Amostra companhias analisadas (continuação)

HOPI HARI S.A
HOTÉIS HOTON S.A
HYPERMARCAS S.A
IDEIAS NET S.A
IGB ELETRONICA S.A
INDUSTRIAS ROMI S.A
INEPAR S.A
INTERNATIONAL MEAL
INVESTCO S.A.
INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES
IOCHPE
ITAUTEC
J.MACEDO
JBS S.A
JEREISSATI PARTICIPAÇÕES
JHSF PARTICIPAÇÕES
JOAO FORTES ENGENHARIA
JOSAPAR
JSL S
KARSTEN S.A
KEPLER WEBER
KLABIN
KROTON EDUCATIONAL
LATAM AIRLINES
LIBRA TERMINAL RIO
LIGHT S.A
LIGHT SERVIÇOS DE ELETRECIDADE
LINUX S.A
LOCALIZA RENT A CAR
LOG IN LOGISTICA
LOJAS AMERICANAS
LOJAS HERING S.A
LOJAS RENNER
LPS BRASIL
LUPATECH S.A
M DIAS BRANCO S.A
MAESTRO LOCADORA VEICULOS
MAGAZINE LUIZA
MAGNESITA REFRATARIOS
MAHLE
MANGELS INDRUSTRIAL

Continuação...

Apêndice A: Amostra companhias analisadas (continuação)

MANUFATURAS DE BRINQUEDOS
MAORI S.A
MARCOPOLO S.A
MARFRIG GLOBAL
MARISA LOJAS S.A
MENDES JUNIOR ENGENHARIA
METALFRIO
METALGRAFICA IGUAÇU
METALURGICA GERDAU
METALURGICA RIOSULENSE
METISA
MILLS ESTRUTURAS
MINAS MAQUINAS
MINUPAR PARTICIPAÇÕES
MRS LOGISTICA
MRV ENGENHARIA
MULTIPLUS
MUNDIAL S.A
NADIR FIGUEIREDO INDUSTRIA
NATURA COSMETICOS
NE AFLUENTE GERAÇÃO 2014
NE AFLUENTE TRANSMIÇÃO 2014
NEOENERGIA
NORDON INDUSTRIAS METALURGIAS
NORTEC QUIMICA S.A
NOVA AÇÃO PARTICIPAÇÕES S.A
NOVA SECURITIZAÇÃO S.A
NUTRIPLANT
ODONTOPREV S.A
OGX PETROLEO
OI S.A
OSX BRASIL
OURO FINO
OURO VERDE
PANATLANTICA
PARANAPANEMA
PBG S.A
PDG REALTY S.A
PETRO RIO S.A
PETROBRAS
PETTENATI

Continuação...

Apêndice A: Amostra companhias analisadas (continuação)

PLASCAR PART
POMIFRUTAS S.A
POSITIVO INFORMÁTICA S.A
PRODUTORES ENERGET
PROFARMA
PRUMO LOGISTICA
QGEP PARTICIPAÇÕES
QUALICORP S.A
QUALITY SOFTWARE
RAIA DROGASIL
RAIZEM ENERGIA
RANDON PART
RECRUSUL
REDE ENERGIA S.A
REDENTOR ENERGIA
REFINARIA DE PETROLEO
RENOVA ENERGIA S.A
RESTOQUE
RIO GRANDE ENERGIA S.A
RODOBENS NEGÓCIOS
RODOVIAS DAS COLINAS
ROSSI RESIDENCIAL
RUMO LOGISTICA
SANESALTO SANEAMENTO
SANSUY S.A
SANTHER FAB DE PAPEL STA THEREZINHA S.A.
SANTO ANTONIO ENERGIA
SANTOS BRASIL
SÃO MARTINHO S.A
SÃO PAULO TURISMO S.A
SARAIVA S.A
SAUIPE S.A
SCHULZ S.A.
SENIOR SOLUTION
SER EDUCACIONAL S.A
SIDERURGICA J.L
SLC AGRICOLA
SMILES S.A
SOLVAY INDUPA
SOMOS EDUCAÇÃO S.A
SONDOTÉCNICA ENGENHARIA DE SOLOS S.A.

Continuação...

Apêndice A: Amostra companhias analisadas (continuação)

SPRINGER S/A.
SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES
STATKRAFT (DESENVIX) ENERGIAS RENOVÁVEIS
SUZANO HOLDING
SUZANO PAPEL E CELULOSE
T4F ENTRETENIMENTO
TAIPE TRANCOSO
TECHNOS S.A.
TECNISA S.A.
TECNOSOLO ENGENHARIA
TEGMA GESTÃO
TEKA TECELAGEM
TEKNO S.A.
TELEC BRASILEIRAS
TELEFONICA BRASIL S.A
TEMPO PARTICIPAÇÕES
TEREOS INTERNACIONAL
TERMÉLETRICA PERNAMBUCO
TERMINAIS PORTUARIOS
TEXTIL RENAUXVIEW
TGLT S.A
TOTVS S.A.
TPI
TRACTEBEL
TRANSMISSORA ALIANÇA ENERGIA
TREVISA INVESTIMENTOS
TRIANGULO DO SOL
TRISUL S.A
TUPY S.A
UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS
UNIDAS S.A
UNIPAR
UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.
USINAS SID
VALE S.A
VALID SOLUÇÕES
VIAVAREJO
VIGOR ALIMENTOS
VISION SECURITIZADORA
VIVER INCORPORADORA E CONSTRUTORA S.A.
VULCABRAS AZALEIA

Continuação...

Apêndice A: Amostra companhias analisadas (conclusão)

WEG S.A
WEMBLEY SOCIEDADE ANÔNIMA
WETZEL S.A.
WHIRLPOOL S.A.
WILSON SONS LIMITED
WLM INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Fonte: Elaborado pela autora.